

Presidente da Mesa: Eu gostava de anunciar as substituições. Da parte do Partido Socialista, Óscar Rodrigues e Manuel Fonseca Costa são substituídos por Pedro Rodrigues e Maria Fernanda dos Santos Paredes. Manuel Machado é substituído pela Maria de Carvalho, e o Hélder, o representante do CDS, é substituído por Teresa Alvaria. João Sousa substitui Isabel Lourenço, do PCP.

Portanto, vou dar início à intervenção do público. Eu pedia para que indicassem o pedido de intervenção. Temos três. Vamos fechar as inscrições. Eu pedia para que todos os que tenham a intenção de intervir, que sinalizem agora. Temos três intervenções. Eu pedia só, visto que estamos a registar a nossa sessão, que se apresentasse.

Vítor Fino (Elemento do público): Boa noite, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Chamo-me Vítor Fino, e moro em Caselas.

Antes de começar a colocar aqui algumas questões, queria, se faz favor, que o senhor me informasse quantos dias de antecedência é que é preciso para convocar, para ser afixado o aviso para convocar a Assembleia de Freguesia; com quantos dias é que tem que ser afixado o aviso. Com quantos dias é que a Lei obriga a que sejam afixados os avisos da convocação da Assembleia de Freguesia?

Presidente da Mesa: Eu já respondo. Eu respondo-lhe depois da sua intervenção. Quando chegar à fase das respostas, responderei também a essa questão.

Vítor Fino (Elemento do público): Muito bem. Muito obrigado.

Bom, a verdade é que, portanto, começando, de facto, aqui pelas questões que trago, as últimas eleições foram realizadas na Escola Secundária do Restelo, por fim. E a questão que se coloca é por que é que não se seguiu – havia uma metodologia que, de facto, era seguida pela Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, que funcionava. Então, desta vez, nestas últimas eleições, decidi alterar-se aquilo tudo. Quer dizer, as pessoas, pelo menos as da Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, estavam habituadas a que determinados pavilhões estivessem numerados segundo uma ordenação que já existia há anos. O que é que aconteceu? Agora, alterou-se isso tudo, foi novo para as pessoas que eram de S. Francisco Xavier, foi novo para as pessoas que eram de Belém, quando não havia necessidade nenhuma disso; bastava seguir aquilo que estava já há anos perfeitamente elaborado, e juntar-se as pessoas que vinham da Freguesia de Belém. Assim, o que é que aconteceu? Havia pessoas em Caselas, por exemplo, que diziam: “Eu estive quase a vir-me embora”, porque, de facto, não sabiam onde é que haviam de votar, porque alteraram aquilo tudo. Portanto, é uma coisa sem sentido. O que estava normalmente, não sei se ajudou mexer, e isto foi uma alteração despropositada, sem nexos nenhuns, absolutamente, que só trouxe dificuldades e desincentivos à votação.

Depois, queria também – na última Assembleia, de facto, não foi possível, porque eu não podia falar – fazer um reparo, depois de alguma minha intervenção a falar

do Tesoureiro da Junta de Freguesia. Dizia o Tesoureiro da Junta de Freguesia que as pessoas vinham aqui, e que não tinham a coragem de ir, de facto, reclamar na Assembleia Municipal. Bom, na verdade, eu digo-vos sinceramente: estive em dois Comitês Olímpicos de Portugal, estive no Centro Casapiano, estive na Junta de Freguesia de Alcântara, estive no Caselas Futebol Clube, e em todas estas, sabe quantas vezes vi lá o Sr. Tesoureiro da Junta? Uma, a levar uma carta, ou um objeto qualquer ao Presidente. De resto, nunca o vi lá, nem a falar lá, nem sequer a assistir. Portanto, de nós dois, quem, de facto, não fala na Assembleia Municipal é ele, e não eu. Bom, eu aqui só posso falar na primeira pessoa.

Depois, queria também falar em duas coisas que não constam da ata. É que o edifício que foi construído, um prédio rústico num terreno rural em Caselas, e que, de facto, já dura há muitos anos, desde que o Santana Lopes foi Presidente da Câmara, e se comprometeu a demolir aquilo. De facto, daí até hoje, não foi; já foi colocado por mim na Assembleia de Freguesia, e aqui, respostas a essas e às outras coisas todas, são nenhuma. Quer dizer, não há uma resposta, quer peça ao Sr. Presidente, não sei se tem poder para isso, mas que, de facto, obrigue, dentro daquilo que é normal, e no sentido democrático das coisas, que, de facto, a Junta de Freguesia pelo menos faça alguma coisa, no sentido de dizer... porque na verdade, isto aqui, o que se cria é um desincentivo à não participação democrática das pessoas na Assembleia de Freguesia. Parece que querem derrotar as pessoas, de facto, pelo alheamento e algum desprezo que lhes dão, em relação àquilo que as pessoas vêm aqui dizer.

Bom, queria também falar numa proposta que vinha no Boletim da Junta de Freguesia – que é caro e não tem qualidade – sobre uma proposta da Lavandaria Social. Ora, o que aconteceu aqui é que esta proposta da Lavandaria Social foi ridícula. Quer dizer, os preços que eram praticados nesta Lavandaria Social, que era suposto ajudar pessoas com salários até aos quinhentos euros (500€), ou reformas, e com mais de sessenta e cinco anos de idade, praticar preços mais caros do que aqueles que eram efetuados pela concorrência – outras ofertas, naturalmente. E isto, não sou eu que digo; quer dizer, eu, felizmente, enfim, não estou nessa situação, mas conheço pessoas que, de facto, recorreram a essa Lavandaria Social, e quando lhes foi cobrada a quantia dos serviços prestados por essa Lavandaria Social, acharam muito, foram comparar com outras lavandarias comerciais, e era mais caro na Lavandaria Social da Junta do que, de facto, aqueles que eram praticados noutras lavandarias.

Quero também dizer que, de facto, por questões de segurança, em relação às pessoas, aos peões, aos moradores de Caselas, é que esta questão, já a coloquei por três ou quatro vezes, que são as passadeiras. As passadeiras não são pintadas. As ervas – isto é rigorosamente verdade, rigorosamente verdade – as ervas são cortadas em Caselas oito dias antes das Assembleias de Freguesia. É uma situação recorrente, que são da altura da cintura de um homem. Oito dias antes da Assembleia de Freguesia, as ervas são cortadas. O ácido, ou aquilo que deveria ser aplicado, não é, sabe-se lá por quê, porque só Deus é que sabe.

O parque infantil que está situado em Caselas: o parque infantil não tem iluminação, não tem água; o piso, que é um piso protetor para a queda das crianças, abateu, está engelhado, não tem segurança, a higiene também é mínima – as pessoas que levam lá os netos é que varrem aquilo e limpam – e o caixote do lixo está normalmente cheio. Espero que também não digam que isso é mentira, porque isto é verdade; se o fizerem, depois ajustaremos contas posteriormente.

Os transportes, há aqui uma coisa verdadeiramente surrealista: os transportes, nas Carreiras 14 e 32, que passam aqui na Avenida Ilha da Madeira, no sentido ascendente e descendente, têm este circuito dedicado; isto é, o autocarro vem de Caselas, a Carreira 14, vem ali junto ao Estádio do Restelo, pela Rua Pedro de Sintra, desvia-se um pouco para a esquerda, e depois volta à direita, passa em frente do Supermercado El Corte Inglés, e vira imediatamente à direita, que tem uma paragem. Essa paragem é comum à paragem da Carreira 14 e da Carreira 32. Portanto, se eu, ou qualquer pessoa, apanharmos um autocarro destes, destas Carreiras, em Caselas, temos ao dispor, por proximidade, o supermercado, os Correios e a Junta de Freguesia, o que não é pouco. No entanto, no sentido inverso, quando a Carreira vem de Belém, em vez de fazer exatamente o mesmo trajeto, não; chega ao Estádio do Restelo, e vira à esquerda. E então, o que é que acontece? Quem veio à Junta de Freguesia, aos Correios ou ao supermercado, e está à espera apenas da Carreira 32, na paragem que devia ser comum, se andasse mais cento e cinquenta metros, ou duzentos, mas não é assim; vê-se passar, porque os números de autocarros são em maior número da Carreira 14, e está-se à espera da Carreira 32, enquanto a cento e cinquenta metros de distância estão a passar autocarros da Carreira 14. Ora, isto é uma coisa facilmente corrigível, facilmente. E no entanto, as pessoas estão ali à chuva e ao frio, a verem passar os autocarros, e à espera de um autocarro que as transporte.

Presidente da Mesa: Pedia-lhe para concluir.

Vítor Fino (Elemento do público): Pronto, então é só mais esta, para terminar, que já deve chegar, mas esta vai ser obra: é assim, hoje, cerca das onze horas da manhã, no salão mais nobre daquilo que eram as instalações da antiga Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, onde o Sr. Presidente da Junta, por todos esses países do mundo – palavras dele, e que todos ouviram – que por todos esses países, vários, do mundo, que percorreu, nunca viu sala mais nobre do que aquela, nunca. Mais nobres do que aquela, não vi. E então, não se trata de uma sala qualquer; é um Salão Nobre da Junta de Freguesia, da antiga Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier. E então, o que é que acontece? Não é nenhuma arrecadação, não é uma instalação secundária, nada disso. Então, ao cabo de um mês e meio, o que é que está lá afixada ainda? A fotografia do antigo Presidente da Assembleia. Ainda não houve tempo, no salão mais nobre da Junta de Freguesia, de corrigir uma coisa de palmatória. Cada um pensa o que quer. Será saudosismo? Será incúria? Será desleixo? O que será isto? Então, o Presidente da República – quer dizer, quem faz o Boletim n.º 14 da Junta de Freguesia, põe lá a fotografia do novo Presidente, provavelmente por boa vizinhança, mas depois não lhe fixam o retrato na sala mais nobre, há aqui

alguma coisa que não está bem. É curioso, mas é verdadeiro, até às onze horas da manhã de hoje. Até às onze horas da manhã de hoje.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Faça favor. Peço apenas para que diga o nome, para ficar na gravação.

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Boa noite. Maria das Dores Ribeiro.

Eu gostaria de falar sobre a convocatória da Assembleia. Estive a ver o *site*, o vosso *site* da Junta de Freguesia de Belém, e gostei de ver a fotografia do nosso Presidente, gostei de ver a fotografia do Sr. Presidente da Junta, gostei de ver que vai haver um programa para uma Feira da Saúde e da Educação, que vai haver um Gabinete PsicoBelém com rastreios gratuitos, mas quanto à Assembleia de Freguesia, “nicles”. Portanto, há dois anos que os senhores estão em funções e ainda não houve capacidade técnica para pôr as convocatórias da Assembleia, bem como a ordem de trabalhos, no *site* da Junta de Freguesia. Isto também é para a Oposição, que também não sei o que é que a Oposição tem feito relativamente a isto. Eu acho que é um dever da Junta de Freguesia, divulgar as Assembleias gerais. E vamos ter quem não o faz, provavelmente por falta de tempo, ou por falta de capacidade técnica.

Relativamente a outras questões, eu vou ser breve, vou-vos deixar algumas ideias. Em relação ao trânsito na Avenida Ilha da Madeira e na Rua Tristão Vaz, o problema continua sem solução; os carros passam, está lá o indicador da velocidade, e passam a muito mais do que quarenta quilómetros por hora. Portanto, nada foi feito desde há dois anos que os senhores tomaram posse. Este assunto tem vindo sistematicamente à Assembleia, e já fomos à Câmara, e a Câmara diz-nos que este assunto tem que ser coordenado com a Junta de Freguesia. Eu pergunto o que é que têm feito relativamente a isto, porque não vejo nada.

Relativamente ao lixo, solicita-se uma vez por semana, no vidrão existente no quarteirão da Rua Rodrigues Cabrito, do lado direito, sentido ascendente da Avenida Ilha da Madeira, que seja esvaziado o vidrão naquela artéria.

Em relação à iluminação – eu vou-vos deixar isto depois – solicita-se o arranjo do candeeiro situado entre as casas n.º 19 e n.º 17 da Rua Luís Pedroso de Barros, que se encontra com luz intermitente há três anos.

Também queria falar da poda das árvores, que também estou farta de falar deste assunto. Foram feitas podas muito circunscritas, e continuam as árvores a crescer em altura – eu não sei o termo técnico, não sou desta área, mas foram desbastadas ligeiramente.

Em relação à melhoria da iluminação, temos também outra sugestão: que as estátuas existentes na Praceta do cruzamento da Avenida do Restelo com a

Avenida das Descobertas, encontram-se completamente dissimuladas pelo arvoredado existente. Sugere-se também que se coloque um holofote, de modo a iluminar condignamente as referidas estátuas.

Relativamente à plantação de árvores, também continuamos com a questão da pintura do muro do cemitério. Já estamos cansados de falar nisso. Dado que não conseguem avançar com a pintura do muro do cemitério, paralelo à Rua Conselheiro Martins de Carvalho, e que foi já solicitada à Câmara Municipal de Lisboa, à Junta de Freguesia, sugere-se ao menos que façam uma plantação de árvores para disfarçar aquela situação do muro degradado.

Eu vou-vos deixar aqui as nossas sugestões, para depois constarem em ata. Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Faça favor.

José Vaz (Elemento do público): Boa noite a todos. O meu nome é José Vaz.

Eu trago aqui dois pontos. Um dos pontos que vou referir, se calhar não vale a pena, porque não é da competência da Junta, é mais da Câmara – aliás, qualquer um deles, não é da Junta. Mas, parece-me que houve uma mexida nos semáforos, em especial na Avenida das Descobertas, e que há um desfasar em termos de tempo. E para quem vem a entrar em Caselas, neste preciso momento, apanha sempre uma fila que nunca apanhava a nenhuma hora do dia. E neste momento, há um desfasamento em termos de sinalização, ou seja, os sinais vermelhos abrem muito mais tarde, e provoca fila no sentido, e ainda mais agravada – que eu também não percebo quem é que vai resolver, a Junta não resolve, a Câmara não resolve, não sei quem vai resolver o problema, que quem estaciona lá em baixo, no infantário, em primeira e em segunda fila, e mais cá em cima, no Colégio S. José. Mas parece que como não é da competência da Junta, eu só gostaria de seguir, se calhar, esta parte do semáforo, que não seria tão difícil quanto isso tentar reajustar os semáforos, evitar que às quatro da tarde estejam a impedir a entrada para Caselas, mas não faz sentido nenhum; todos os semáforos sempre funcionaram em pleno, e agora estão desfasados. Portanto, se estão desfasados, alguém os reprogramou, e se calhar era bom que alguém fizesse alguma coisa por isto, para evitar as filas de manhã. Como toda a gente sabe, em Caselas, a polícia andou do lado de lá da obstetrícia a pôr os selos nas rodas, mas não há nenhum polícia, se calhar, para multar os carros que estejam em frente ao colégio. Não sei se aquele colégio tem algo de especial, ou o Colégio das Freiras, porque estão carros parados numa via em que não podem estar parados.

Outro caso que venho trazer, e este sim, é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia. E para referir isto, eu tenho que voltar mais atrás. Não quero perder muito tempo do Executivo, que passou, é passado, está passado, mas isto é uma coisa que se arrasta há seis anos, no mínimo. Isto tem a ver com uma questão muito simples, que é o campo de jogos de Caselas. Antes de mais, eu gostaria de fazer uma intervenção, que tenho falado imensas vezes com o Sr. Rui Cordeiro, e com ele tenho tido algumas conversas acerca do campo. Gostaria de

referenciar que no último Executivo, porque me foi pedido, eu apresentei um projeto desportivo para o campo, na parte desportiva, isto há cerca de seis anos. Estamos a falar de uma coisa de há seis anos atrás, em que a representante do desporto, que suponho que era a D. Teresa – não tenho a certeza do apelido; que de desporto sabe tanto como eu de lagares de azeite; não é o caso do Sr. Rui Cordeiro, mas é só uma referência; não sou eu que sou formado em desporto, mas participei num clube, onde fiz parte da Direção, estive de alguma forma relacionado com o desporto, e achei que poderia, falando com ela, aproveitar a estadia ??? e recuperar de alguma forma o desporto e o campo. A senhora ouviu-me, inclusive chamou-me para ir ver as obras que se efetuaram no campo, em que eu disse que não tinha rigorosamente nada a ver com aquilo, mas sim senhor, fui ver as obras (não tive nada a ver com aquilo, mas tudo bem). ??? não sei se foi contratada pagando, não sei se tinha vencimento, sei que o campo continuou ao abandono, não sei se recebeu dinheiro dos alugueres do campo, mas também não é muito importante, porque já passaram entretanto mais três anos. Este Executivo entrou, se não me falha a memória, em finais de 2013, e portanto, já lá vão dois anos e qualquer coisa.

Eu gostaria, antes disso – que é curioso que eu tive uma reunião, logo após a tomada de posse deste Executivo, tive uma reunião, em que estive lá, numa Reunião da Junta, em que estava só eu presente. Estava eu presente, o Executivo, não me recordo se estavam os quatro. E eu estou a falar nesta data, esta data foi anterior a 27 de março de 2014. O Sr. Presidente seguramente não se recordará, mas como eu tenho *e-mails* que foram enviados para a Junta, foi anterior a essa reunião, e que estive só eu com os senhores (os quatro, ou cinco, não me recordo), em que me propus a apresentar esse plano desportivo para a requalificação, tanto para o campo, como ??? desportivo. O Sr. Presidente achou muito interessante a ideia, e conjuntamente com o Sr. Rui Cordeiro, falámos na altura sobre agendar uma reunião. Entretanto, eu enviei um *fax* para o Sr. Rui Cordeiro no dia 27 de março de 2014, para a Junta de Freguesia, a dizer que para além do meu contato, ??? enviar um novo *e-mail*, caso quisesse enviar alguma coisa por *e-mail*, seria mais fácil. A resposta – já entretanto falei com o Sr. Rui Cordeiro, estive numa Assembleia Geral. O que é que aconteceu? Um ano depois, aproximadamente – eu não consigo agora estabelecer a data exata, mas foi em agosto, salvo erro, de 2015 – estive a falar com o Sr. Rui Cordeiro, em que, de facto, a explicação dada pela resposta ao *e-mail*, e que eu aceitei, mas que podia ter sido feita na altura, foi que, efetivamente, devido às competências que estavam a ser passadas da Câmara para a Junta, que naquela altura não poderíamos fazer nada. Eu aceitei, foi o que eu disse, com certeza, não há problema rigorosamente nenhum. Entretanto, falei com o Sr. Rui Cordeiro, marcámos mais duas reuniões para tentar resolver o problema do campo.

Presidente da Mesa: Peço para abreviar.

José Vaz (Elemento do público): Pois, eu queria abreviar, mas isto são seis anos; estou a tentar abreviar seis anos em dez minutos, para isto ter uma sequência lógica, para perceber isto. Porque isto, o problema aqui, já acaba por resolver o problema... quer dizer, eu não sou engenheiro, nem estou aqui a querer ser hipócrita, que não sou, mas isto é uma questão de seis anos, não é

uma questão de um ano. O campo está lá, está parado, o desporto não funciona em Caselas, e isto é da competência da Junta, não é da competência da Câmara. Portanto, é da competência da Junta. Se nós vamos aqui – e daqui a bocadinho o Presidente vai dizer isso, que é “da competência da Câmara”, ou “isso é da competência da EMEL”, ou é da competência de não sei quem, há uns que são da competência da Junta. E com essas, se calhar, perdemos um bocadinho mais de tempo, porque as outras respostas vão ser rapidíssimas, disso eu tenho a certeza absoluta.

De qualquer maneira, quero dizer que sempre tive com o Sr. Rui estas reuniões, além da troca de alguns *e-mails*. Entretanto, surgiu uma ideia, isto já mais para o final do ano passado, em que conjuntamente com o campo havia a possibilidade de um investidor que estava na disponibilidade – isto a custo zero para a Junta – um investidor, com cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), e quatrocentos mil euros (400.000€) para investimento desportivo no campo de Caselas; ou seja, criar uma infraestrutura conjuntamente com o campo ????. Entretanto, tive uma reunião com o Sr. Presidente da Junta, onde estava também o Sr. Rui Cordeiro, onde o Sr. Presidente – ??? conhece melhor do que eu, os campos ??? de alguma forma, entrar pelo Parque de Monsanto dentro, e portanto, não havia hipótese, segundo aquilo que o Sr. Rui Cordeiro disse, não era possível este projeto. Aceitei, mas de qualquer maneira, surgiu o nome do Sr. Ângelo Mesquita, que eu por acaso conheço pessoalmente, e por aconselhamento do Sr. Presidente da Junta, ir falar com ele para perguntar a sua opinião. Eu fui à Junta – aliás, eu gostava de referir que eu tive custos, porque houve um arquiteto que fez um projeto, em que estive lá, e portanto, fez um projeto, e as coisas estavam encadeadas. Eu fui falar com o Sr. Ângelo Mesquita, e tive ocasião de dizer ao Sr. Rui Cordeiro que, de facto, era complicadíssimo ter este projeto, porque não era de fácil resolução.

Entretanto, nesta caminhada de seis anos, eu falei – e este ??? não está em sintonia com o Sr. Rui Cordeiro, não é por isso; é por achar que a última explicação que tive para que não ande nada, para que o campo possa ser de alguma utilidade, prende-se agora com um problema de concurso público, segundo aquilo que eu deduzi, e que tem de ser um processo em que as pessoas possam concorrer, e que haja concurso público, e que haja um procedimento jurídico que permita tal coisa. Essa tal coisa, eu falei com o Sr. Rui Cordeiro em janeiro, e acho estranho, quer dizer, no meio disto tudo, acho estranho por que é que não há uma resposta. O que eu queria já, já nem sei se há um interesse, ou não, por aquilo, porque numa fase inicial, até tinha algum interesse; depois tinha mais interesse, porque estou desempregado, e aquilo até me serviria eventualmente – eu não estou aqui ??? – para ser o meu sustento. O que eu acho é que já não sendo um investimento para mim, já não sendo um investimento para ninguém, que haja uma resposta mais célere, porque estamos a falar de seis anos em que o campo está parado, se querem abrir um concurso, ou não, qual é o procedimento jurídico, e se está na calha da Junta, ou não, ainda para que meses.

Era só. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Antes de dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, eu gostava de responder à questão da convocatória. Estive a consultar o Regimento, e prevê uma antecedência mínima de publicação do edital e de convocatória por carta de oito dias. Portanto, a publicação, a afixação na sede da Junta de Freguesia tem que ser também com oito dias de antecedência, assim como a convocatória por carta. Dizem-me também que além desta afixação na sede da Junta de Freguesia, está colocado também em mais vinte locais da nossa freguesia. Quanto ao *site*, eu vou pedir para que possamos verificar isto em conjunto com a Junta de Freguesia; é evidente que me parece uma belíssima ideia, que a convocatória seja também colocada no *site* da freguesia.

Dou a palavra ao Presidente da Junta. O senhor perguntou-me da Lei. Segundo a Lei, são apenas dois dias. O nosso Regimento é que impõe mais tempo, impõe oito dias. Mas, se nos limitássemos a cumprir a Lei, seriam apenas dois dias. Eu acho que o que devemos cumprir são pelo menos oito dias.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. E é óbvio que esse prazo, nós cumprimos, porque não é fácil estarmos a preparar a documentação, que é extensa, para trazer à Assembleia, o mais cuidada possível, porque há sempre uma série de documentos que têm de ser feitos, e que têm de chegar a tempo, e nós também temos de nos preparar, o que exige tempo. ??? não pode ser muito mais tempo porque isto tem tudo um prazo, isto é sobre praticamente o trimestre anterior. De maneira que em algumas situações, quanto à informação escrita, e também as contas para aprovar e outro tipo de documentação para a Assembleia de Freguesia, é para isso que servem esses prazos, e esses prazos regulamentares, temos estado a cumprir. Até mais do que isso, porque nós não éramos obrigados a pôr nas diferentes vitrinas, púnhamos só na Junta; e não, temos estado a pôr em mais vinte. Mas, realmente, é uma ideia, de facto, começar a pôr também no *site*.

Quanto ao processo eleitoral, mudança de instalações e confusões que houve, e isso: pronto, não me vou alongar muito mais sobre isso, porque acho que foi óbvio, de uma forma geral, que foi positiva a realização deste processo eleitoral, nesta parte administrativa, nesta parte de realização do processo eleitoral, fomos muito felicitados por isso. Correu melhor do que o outro, porque conseguimos concentrar na escola toda aquela estrutura. E, de facto, as indicações que temos – e foram quase todas nesse sentido; obviamente que havia pessoas contra, com certeza, como há sempre em situações deste género, mas de uma forma geral, ouvimos muito mais elogios, e realmente sentimos que correu muito melhor do que foi a anterior, noutras situações, noutras eleições. Portanto, achamos que vamos continuar com o mesmo procedimento, porque achamos que foi positiva esta alteração.

Sobre se o senhor está muitas vezes na Assembleia Municipal ??? tesoureiro, ele não é obrigado a ir. É o Presidente que deve ir, e que é deputado municipal; quando ele não vai, é o substituto legal, que por acaso é o tesoureiro. Há reuniões descentralizadas a que também pode ir, e com certeza tem ido.

Quanto ao Boletim ser caro e sem qualidade, não sei o que sabe sobre o Boletim, porque não é caro, e dizem que tem qualidade, e a prova disso é que as pessoas leem e têm gostado.

Os preços da Lavandaria Social têm estado afixados ????. A Lavandaria Social foi feita ????, mas não quisemos excluir toda a gente. Quem quiser, pode lá ir, obviamente. Vivemos numa democracia ocidental, com preocupações de justiça social, e portanto, não é normal que uma pessoa que ganhe muito mais pague a mesma coisa que outra pessoa que ganhe muito menos. E portanto, nós, que até somos sociais democratas, temos essa sensibilidade. E de maneira que na Lavandaria Social, para as pessoas que ganham quatrocentos e dezanove euros (419€) ou menos, e têm mais de sessenta e cinco anos, têm esse benefício de Lavandaria Social, que é muito baixo. Estão os preços afixados, não vou dizer de cor, mas são preços muito baixos. Deve haver uma confusão, alguém deve ter beneficiado, pedido para lá lavar a sua roupa, e de facto, eram pessoas com mais de sessenta e cinco anos, mas que tinham rendimentos elevados, e portanto, pagaram o preço normal.

Bem, as ervas cortadas em Caselas só em vésperas da Assembleia de Freguesia: olhe, ao menos quer dizer que estamos a cortar as ervas. Ainda bem que estamos a trabalhar.

Parque infantil de Caselas, está tudo mal: pronto, acho que não. Temos que estamos a recuperar vários. É uma opinião, mas toda a gente pode tê-la.

Quanto à foto do Sr. Presidente da República no Salão Nobre: eu posso dizer que fui mandatário do Sr. Presidente da República na cidade de Lisboa, e portanto, gostaria muito que ele já tivesse lá a fotografia. Posso-lhe dizer que ainda ontem estive em reunião com o Chefe da Casa Civil, e disse quando é que ele nos envia a fotografia. O senhor não deve saber, mas quem envia as fotografias para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras é a Casa Civil da Presidência da República. Exatamente, e enquanto não chega a outra foto, mantém-se a antiga.

Presidente da Mesa: Eu pedia para que fizéssemos silêncio, porque estivemos a ouvir em silêncio todas as questões. Eu acho que é justo que se possa deixar o Sr. Presidente responder.

Presidente do Executivo: Mas isso, pronto, quem não sabe, estou aqui para explicar também, fica a saber como são os procedimentos, eu sei que é assim que se tem que proceder. Não foi só agora, também já houve outros Presidentes em que foi a mesma coisa, não se pode tirar a fotografia sem chegar a outra, seguinte.

Bem, Sra. Maria das Dores Ribeiro, a convocatória não está no *site*: já disse, temos de começar a pôr no *site*, tem toda a lógica isso.

??? Avenida Ilha da Madeira e Tristão Vaz: ainda há três dias tivemos a visita do Sr. Presidente da Câmara aqui à freguesia, andámos em toda a avenida com ele

a ver estas situações. Mais uma vez, insisti nesta matéria. E nesse aspeto, penso que finalmente está para avançar. Vamos lá ver se não é mais uma que fica lá encravada nos gabinetes. Mas, isto é uma coisa clara, é da competência própria da Câmara, mas isso não quer dizer que nós estamos fora, não estamos; estamos a fazer muita força, porque realmente tem toda a lógica esta Avenida Ilha da Madeira ser melhor intervencionada, temos projetos muito concretos, que vamos discutir agora sobre essa matéria. Eu por acaso acredito que isto vai para a frente.

Vidrão na Rua Rodrigues Cabrito, esvaziamento, também é da competência da Câmara. Vamos ver o que é que se passa também, junto da Câmara.

Iluminação deficiente: aqui há dias, e cada vez que nos comunicam situações de iluminação deficiente, é normal, estamos neste momento sempre constantemente a chamar à atenção da Câmara para esse efeito. De facto, houve uma altura em que era falta de peças sobresselentes, mas mesmo assim, é realmente uma lacuna enorme. É mais uma competência própria da Câmara ??? aos nossos colaboradores do espaço público para, durante a noite, andarem aí a fazer ??? já foi feito, já foi enviado para a Câmara, para ajudar-nos nessa matéria.

As árvores, a poda: fizemos várias; fomos acusados de estarmos a ser muito, muito ativos. Acho que não. Vamos lá ver: enfim, também não podemos ir a tudo, mas realmente, isto tem dado um pouco nas vistas, porque antigamente não havia nada, e agora, em Lisboa, está a haver muita poda, graças à competência ter passado para as Juntas de Freguesia, porque a Câmara não tinha capacidade de resposta a tudo. Isso é clarinho, e segundo a Comissão do Ambiente da Assembleia Municipal, isso toda a gente concorda, até os próprios Vereadores. Portanto, nós vamos continuar, nas alturas próprias, e quando se justificar fazer essas podas. Vou-vos dar um exemplo ??? aqui há pouco tempo: por exemplo ??? mas, onde houver mais situações, nós vamos vendo caso a caso. Nem toda a gente pode estar de acordo com esse tipo de situações, mas vamos tentando fazer o que se pode, mediante a regra do bom senso, porque às vezes estão as árvores a entrar para dentro das casas, estão a levantar os prédios com as raízes, mas depois são árvores muito antigas ??? perigo. Agora, quando estão em perigo de matar alguém, isso garanto-vos, cortamos as árvores. E cortámos várias, fomos muito atacados, abatemos várias árvores, fomos muito atacados, mas, de facto, nós sabemos o que é que os nossos técnicos disseram disso, estavam completamente podres. E só na Rua de Pedrouços, foram cerca de umas oito, salvo erro. E se não fosse a Junta, aquilo não era feito nada ??? porque antigamente a Câmara não tinha capacidade de resposta para isso.

Falta de holofotes ali na Avenida do Restelo, Vasco da Gama: sim, é uma zona que se pode melhorar, que se pode tentar melhorar. Não sei como, mas pode-se tentar melhorar essa zona.

Quanto ao Sr. José Vaz, os semáforos da Avenida das Descobertas, já sabemos o que se está a passar, também o estacionamento caótico em frente aos colégios, já lá estive com o Comandante da Polícia também, andamos a ver o que se passa. Mas, no final de contas, o que é que se passa? No final de contas, isto é

um caso de polícia, e de falta de civismo das pessoas. E põem em perigo a vida de outros, porque, realmente, há situações muito complicadas, nomeadamente nas horas de ponta.

Campo de jogos de Caselas: sim, isto é um caso em que existem há muito tempo vários projetos que nos têm sido apresentados, mas há aqui uma coisa que não é verdade, quer dizer, tem estado aberto à população, e tem sido usado pela população, não está fechado, não está parado. Passo por lá várias vezes, está sempre a ser utilizado, com miúdos a jogar à bola, e tal, o que me dá muita satisfação, é para isso que nós temos estas infraestruturas desportivas nos bairros, para as pessoas poderem fazer desporto. Ainda me lembro, aqui há muitos anos, quando eu era menino e moço, não podia jogar à bola na rua, porque vinha a polícia e prendia-nos; vinha ???, que era o chefe da esquadra, e levava-nos para a esquadra – é verdade, e o Gonçalo Silvério Marques lembra-se – e depois eramos soltos, mais tarde ??? isso é outra história. Bem, agora já não precisam de jogar à bola na rua, estamos a criar parques para esse efeito.

O campo está a funcionar, e estamos neste momento em íntima ligação com a Câmara, que não sei se sabe, aqui há uns anos, ainda no anterior mandato, foi dada uma verba muito significativa, cerca de cem mil euros (100.000€) para se fazer a cobertura do campo. E desapareceu. Está na Judiciária, a Judiciária conhece esse caso em Caselas há anos, desapareceu essa verba. Portanto, nós aqui gostamos muito de transparência, e portanto, neste caso concreto, enquanto aquilo está aberto e os jovens vão utilizando, estamos a preparar com a Câmara e outras entidades uma forma de pôr aquilo a funcionar melhor, dentro da nossa política desportiva.

Não sei se o Dr. Rui Cordeiro quer falar alguma coisa sobre esta matéria.

Rui Cordeiro (Vogal): Rui Cordeiro, Vogal do Desporto. Boa noite a todos, em primeiro lugar.

Eu gostava de começar por transmitir uma nota mais pessoal: o Sr. José Vaz, de facto, tratou muito bem os últimos anos do nosso mandato, do qual eu faço parte, com muita honra. E transmitir, de facto, que o Sr. José Vaz tem sido um dos maiores impulsionadores da reativação do campo de jogos, para além do usufruto que o Sr. Presidente agora aqui mencionou. A questão que hoje se coloca é a que o Sr. Presidente transmitiu agora: no momento em que fala ??? nós recebemos, para além da sua, várias propostas que configuravam – o Dr. Luís Costa pode-me ajudar, não sei se está presente, mas o Dr. Luís Costa podia ajudar, naturalmente; eu peço desculpa, não sou jurista, mas a proposta que nos apresentava configurava uma espécie de concessão, e para haver uma concessão, tinha que haver aqui algum tipo de concurso público. E nós, em conversa depois, mais tarde, com a Câmara, com a Dra. Sónia Paixão, diretora de departamento do desporto, e o chefe de divisão ???, numa visita que fizemos à freguesia, às instalações, a Câmara desafiou-nos a apresentar um projeto que envolvesse a comunidade – a escola, o clube e a freguesia. Portanto, a questão hoje que se coloca é: se a Junta de Freguesia abre um concurso público e dá a terceiros a exploração daquele espaço, ou se fica para a Junta de Freguesia. É

isso que o Sr. Presidente acabou de referir, estamos em conversações diretas com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de recuperar o espaço, incluindo o telheiro de que o Sr. Presidente também falou, e envolver toda a comunidade, o que nos parece, de facto, o mais sensato. No entanto, a proposta a ser redigida, foi um desafio que nos foi lançado pela Câmara, pela Dra. Sónia Paixão, a que nós estamos a responder, e será em breve comunicada qual será a decisão. Será esse o ponto de situação, mas referir, de facto, que o Sr. José Vaz retratou com exatidão ??? em termos de desporto, e de facto, é o impulsionador forte do campo de Caselas.

Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, vou pedir para o Dr. João Carvalhosa também clarificar aqui um aspeto.

João Carvalhosa (Vogal): Muito rápido, só para esclarecer a questão das podas, para que não haja dúvidas, para perceber como é que isso funciona. As podas das árvores que nós fazemos, e segundo também indicações da Câmara Municipal, são as podas mais conservadoras; não são podas radicais, são podas que tentam manter a estrutura da árvore, manter a forma da árvore, desbastando um pouco mais dos lados do que por cima. Segundo dizem os técnicos, por cima não se deve desbastar, não se deve cortar – nós às vezes pensamos que se pode – certamente porque é na parte de cima do tronco principal que está a força da árvore, onde estão os nutrientes, as proteínas da árvore. E portanto, as podas têm que ser mais quase de aparar as pontas, digamos assim, do que propriamente fazer como se fosse um corte em altura. É claro que isto traz um problema, porque as árvores vão crescendo, mas só quando elas já estão em perigo é que, de facto, se faz isso. Portanto, aí, as podas – aliás, nós temos tido, por parte da Câmara, um acompanhamento nessa situação, pedimos muitas vezes opinião aos serviços técnicos da Câmara, e temos tido uma boa articulação com eles, e por isso não têm havido sequer problemas com as podas. Devo dizer que provavelmente já foram podadas todas as árvores da freguesia, desde março de 2014, quando nós ficámos com esta competência, algumas já foram podadas mais do que uma vez, e são duas mil e trezentas árvores, para terem uma ideia da dimensão do trabalho. Mas, têm sido, e não há nenhuma árvore, hoje em dia, que nós conheçamos, ou que algum morador nos diga que precisa, de facto, de poda... o que nós não fazemos, e não o fazemos de certeza, são podas quando temos alguns residentes, ou alguns moradores a dizerem que é para terem vista para o rio. Isso é que nós, como calculam, não fazemos, não faz sentido.

Só esclarecer também a questão da Lavandaria Social: a Lavandaria Social, como o Sr. Presidente disse, foi criada para as pessoas mais carenciadas. E essas pessoas mais carenciadas pagam uma ninharia – acho que é um euro por quilo, ou cinquenta cêntimos por quilo, que é mesmo simbólico, e algumas nem pagam. O facto de haver um valor muito superior para outras pessoas que não são as carenciadas é exatamente porque essa não é a vocação da loja, e o valor que estava colocado é um valor, exatamente, que é dissuasor, porque a Junta de Freguesia não quer, nem pode ser concorrência das lojas, das empresas e das várias lavandarias privadas que existem abertas ao público. E portanto, se nós

estivéssemos a pôr um valor igual ao das lavandarias privadas, estaríamos a entrar num mercado concorrencial que nós não queremos, não devemos, nem podemos. E portanto, pusemos mais alto para ser um escape de emergência para alguma situação em que alguma família precisasse, mas que não é social; os sociais têm muitas vezes de borla a roupa lavada, engomada, e muitas vezes os idosos beneficiam até do Transporte Solidário, que vai a casa buscá-los, leva-os à lavandaria, e depois vai outra vez buscá-los para eles irem buscar a roupa. Portanto, é este o serviço social que se faz. Houve, de facto, uma senhora que reclamou muito, e até decidimos devolver o dinheiro à senhora, porque a senhora, de facto, estava muito indignada, e nós explicámos à senhora esta situação, a senhora não quis perceber, e nós devolvemos-lhe o dinheiro, porque se a senhora se estava a sentir tão indignada, não era isso que nos ia fazer mal, não interessa. Mas, a lógica da Lavandaria Social é esta, é social. Quem não percebe isso, paciência.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito bem. Nós tivemos hoje um ponto de intervenções do público e de respostas da Junta de Freguesia muito mais longo do que é habitual. Se o senhor ficar até ao final da reunião, eu asseguro-lhe que no final fala ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Tivemos uma hora de discussão, que acho que foi muito interessante.

Nós temos uma ordem de trabalhos muito longa, com quinze pontos, vamos ter que gerir bem o tempo que nos resta. Há uma indicação de que estas Assembleias devem terminar até à meia noite, em termos regimentais, e eu acho que devemos fazer tudo para que se consiga chegar ao final da ordem de trabalhos até essa hora.

Temos o período de antes da ordem do dia. Eu pergunto se algum dos Grupos Políticos pretende intervir. Penso que há um voto de louvor por parte do CDS. Não sei quem é que quer apresentar esse voto. Ele foi distribuído. Se foi distribuído, não é necessário ser apresentado. Pergunto se há intervenções no período de antes da ordem do dia. Do Partido Socialista, Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Boa noite. Teresa Almeida, do Partido Socialista. Cumprimentar o Sr. Presidente, os membros da Mesa, o Executivo, os colegas de Bancada, público.

Em primeiro lugar, eu gostava também de referir aqui estas questões que já foram abordadas por parte de membros do público, sobre o Boletim. Nós também concordamos que o Boletim fala mais de atividades passadas do que aquilo que são iniciativas que a Junta de Freguesia pretende anunciar, que podem ser utilizadas por todos. Inclusivamente nesta última que foi distribuída, até o próprio anúncio das férias escolares, a notícia era que as inscrições já estavam fechadas, mas por acaso ainda haveria umas vagas. Mas, até numa coisa em que estava a falar do futuro, era para dizer que já estavam as inscrições fechadas. Portanto, há aqui esta crítica, que penso que é construtiva, que possa ser, para já, publicado nos meses que estão em curso – nós estamos em abril, e este Boletim é de

janeiro e fevereiro. E de facto, acho que a expectativa que temos é que ele fale e divulgue mais as iniciativas de que todos podemos usufruir.

Também a propósito aqui de uma entrevista feita ao Coordenador da Divisão de Licenciamento, em que se faz aqui uma abordagem daquilo que é o Terreiro das Missas, e eu não gostava de deixar passar esta oportunidade para fazer a pergunta ao Sr. Presidente, relativamente à utilização que se prevê para este espaço. Lembro-me que no ano passado foi aqui trazido um protocolo, muito em cima da época de verão, que suscitou bastantes dúvidas, que acabou por não se concretizar. Estamos no final de abril, gostávamos de saber quais as atividades, e a forma de implementar essas atividades, porque, de facto, é um espaço interessante. O espaço está desocupado, está degradado, e que deverá ter uma ocupação que sirva não só a atividade turística, mas essencialmente as pessoas aqui da freguesia.

Também gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, relativamente ao Bar da Piscina, que penso que já foi anunciado há bastante tempo que iria abrir. Tanto quanto sei, continua a ser um espaço encerrado, e gostávamos de saber também o que é que se passa com essa ocupação.

Por último, hoje aqui já foi bastante abordada a questão dos espaços verdes, e a intervenção que foi feita na zona do Bairro da EPUL (onde eu resido), e portanto, tive oportunidade de acompanhar o trabalho que ali foi feito. Naquilo que é essencial, obviamente que é uma vitória, e que embelezou aquela zona. Mas, deixar aqui uma crítica, que é o contrário daquilo que o Dr. João Carvalhosa aqui explicou, sobre a questão das podas, porque foi abatida uma árvore excelente nas traseiras da Rua João Dias, saudável, sem qualquer problema, e ao que consta, apenas porque uma senhora se queixou que não tinha sol na janela como gostaria. Foi perfeitamente gratuito o que se passou com aquela árvore de grande porte, para além de muitas outras de menor porte, e que não corresponderiam porventura ao conceito de tratamento de espaços exteriores que quis ser implementado naquela zona, mais ao estilo francês, mais regrado na sua ocupação; o que existia era um pouco mais naturalista. Mas, com certeza, penso que são situações que porventura têm a ver com a possibilidade de rega, de manutenção, não queria discutir essa opção estética. Agora, abater árvores que não têm qualquer patologia, e apenas para servir o interesse de um morador, parece-me extremo. Eu conheço muito bem, conheço muito bem, é exatamente onde eu vivo, aquela árvore da borracha era uma árvore em excelentes condições, e que foi completamente cortada, e até, passado uma semana, já estava uma máquina para retirar qualquer eventual raiz que pudesse ainda fazer brotar de novo a árvore. Portanto, eu acompanhei diariamente esse processo, e portanto, obviamente, se houver uma explicação, com certeza que gostaria de a ouvir, mas a percepção que os moradores daquele conjunto habitacional tiveram não foi positiva, e portanto, não podemos estar contentes com uma situação que, ou não está explicada, ou, de facto, foi só a pedido de uma pessoa, que se sentia incomodada pela árvore.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Antes de dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, pergunto se há mais algum pedido de intervenção dos vários

Grupos Políticos. Não sendo o caso, eu dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, e depois fazemos a votação do voto de louvor apresentado pelo CDS.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

A Dra. Teresa Almeida veio aqui falar do Boletim, por exemplo, que fala mais de atividades passadas do que de coisas futuras. Pronto, tudo bem, não estou aqui a fazer uma estatística disso, admito que sim, talvez; mas, também é esse o objetivo, também mostrar o que de bem se faz, porque também é importante as pessoas saberem. Aliás, neste Boletim, até temos um bom exemplo: salvo erro, na segunda página, tem uma série de iniciativas programadas para se realizar, e não estão todas, mas algumas delas em destaque. Portanto, as pessoas podem saber o que é que se vai realizando, e temos esse cuidado. Mas, pronto, é uma opinião, eu respeito. Acho que tentamos, pelo menos por uma questão de bom senso, 50-50, relatarmos o que se faz e o que se pretende fazer; temos ambas as situações. Como é de dois em dois, portanto, temos que melhorar.

Quanto ao Terreiro das Missas, nomeadamente ao Belém Beach – ou Praia Urbana, como quiserem, agora é mais Belém Beach, como estamos a fazer – estamos precisamente em ligação com a Câmara neste aspeto. Há uma coisa que é certa: isto não vai ser objeto de concurso público. Esta história do Belém Beach, é o seguinte: não queremos fazer uma situação daquelas, com uma grande estrutura – nem queremos, nem podemos. Aquilo vai ser fundamentalmente ??? já não vai ser de 15 de maio a 30 de outubro. No âmbito do licenciamento ambulante não sedentário, a única nuance, que é: enquanto o licenciamento ambulante não sedentário, nós vamos licenciando espaçadas, aqui estão algumas mais juntas, mas a filosofia é a mesma. Portanto, a Câmara dá um parecer favorável, nós vamos licenciando, e estamos a licenciar bons equipamentos, que têm de ser adequados àquela realidade, coisas bonitas, *gourmet*, e como deve ser, aproveitando esta nova Legislação que saiu agora, por causa do ruído, e a zona ribeirinha vai ter uma situação de exceção. Ali, o que está previsto é do meio dia à meia noite, e nas sextas e sábados, até às três da manhã – isto agora nesta época. E combinei com o Sr. Presidente da Câmara recomoçarmos a reabilitação do espaço, já depois de arrecadarmos algumas verbas com esta iniciativa, para juntar à outra que a Câmara já nos tinha delegado, ao abrigo da delegação de competências, em novembro, no interregno entre a próxima época balnear. Portanto, aqui neste caso, o que é? É um pequeno *deck* com dezasseis peças 4x4, em forma de “U”, que ocupa um terço daquela primeira parte, em forma de “U”, e depois, no meio, é a zona das espreguiçadeiras, e as ??? à volta. Portanto, isto não tem sido fácil, estamos ??? processo, neste momento, a escolher as entidades. Mas, mesmo esse *deck* – que é, aliás de uma empresa daqui da zona, que gentilmente cedeu, emprestou esse piso – para eles interessa, porque é uma espécie de ??? as pessoas veem ??? aquilo é uma estrutura muito móvel, e que vai funcionar ali até dia 30 de outubro. Portanto, aquilo não tem nada de especial, é apenas uma zona de lazer; no *deck* em forma de “U” estão as cadeiras e as mesas, os chapéus de sol adequados àquela zona, sem publicidade, sem nada – um equipamento discreto, essas mesas e essas cadeiras. E as espreguiçadeiras, pelo que estivemos a ver, não

são umas espreguiçadeiras como existem em qualquer país ??? fica assim com um ambiente acolhedor e simpático, numa zona de lazer junto ao rio, em que a população pode usufruir desse espaço, e por conseguinte também realizarmos algumas receitas para a reabilitação do mesmo, que nos faltam cerca de cem mil euros (100.000€) para este efeito. Obviamente, não vamos conseguir esses cem mil euros (100.000€) já agora, mas combinei com o Sr. Presidente da Câmara, que ainda vamos realizar algumas receitas, e depois, o resto, vamos ser nós, do nosso Orçamento. Mas, esperemos que depois de termos isto também já reabilitado, vamos ter mais pessoas a utilizar e a fazer ali eventos, nessa altura, e então conseguirmos mais algumas receitas, de maneira a evitarmos que seja o erário público a suportar a reabilitação daquele espaço tão bonito, e que nós vamos reabilitá-lo, pô-lo em condições, como era antigamente. Aliás, é o mesmo desenho, tudo tal e qual como está. Portanto, é uma estrutura levezinha e móvel.

O Bar da Piscina, está para abrir um concurso público, já temos os pareceres todos feitos, e se também não foi ??? está nas bases, como sabem, e portanto, tem que ser através desses procedimento. Está a ser tratado, e portanto, está praticamente a andar.

Os espaços verdes ??? foi mais um que nós fizemos, ??? nós já tínhamos no nosso programa eleitoral. Na prática, estamos a cumprir aquilo a que nos propusemos desde o início. Eram zonas que estavam muito maltratadas, e estamos neste momento a arranjar. Aliás, algumas delas nunca tinham sido arranjadas.

Agora, houve ali situações... pronto, eu por acaso aqui tenho algumas diferenças de ponto de vista, nalguns casos, do meu colega João Carvalhosa, mas pronto. É evidente que não vamos abater árvores só porque ???, mas também não somos insensíveis, obviamente. Agora, não pode ser só por isso. E temos vários casos de pessoas, por exemplo, que dizem que têm doenças respiratórias, e que não conseguem, com essas árvores mesmo em frente às casas delas, em alguns andares, e apresentam atestados médicos, e por aí fora. E nós somos sensíveis a isso. E acho que sim, que o devemos fazer, como é evidente. Agora, não é só "???, corte-me isso". Não, mas há o justo equilíbrio: se não prejudicar ninguém, e se se puder cortar, por que não? Pronto. Mas, de facto, não é com esse objetivo.

Agora, aqui neste bairro, realmente, isto foi objeto de participação de várias entidades, fizemos uma reunião pública com os moradores, que nos ajudaram, ??? sobre aquela matéria, alguns até nos informaram que havia lá árvores que tinham sido plantadas ??? aqui há muito tempo, que não estavam no plano de plantação, e alguns surgiram depois, e por aí fora, e eram algumas dessas que estavam precisamente até a estragar alguns edifícios. Algumas já estavam a levantar, as raízes, os próprios edifícios, entravam pelas casas dentro, e não tinham qualquer luminosidade, mas estava a ser perigoso até para a segurança das próprias casas. E portanto, depois existe o aspeto técnico, isso com os nossos serviços ???. Pronto, fez-se aquele trabalho, que pode ter sido, num ou noutro caso, mais polémico, mas que eu acho que está lá à vista, e está engraçado, e as pessoas podem lá ter melhor qualidade de vida.

Mas, nesse aspeto, eu pedia ao Dr. João Carvalhosa para completar, se fosse possível.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para explicar a questão que levantou: de facto, como o Sr. Presidente disse, nós tivemos uma reunião com os moradores lá na rua, onde alguns moradores – não foi um – alguns moradores viram a questão das árvores borracheiras. Era uma coisa que não estava inicialmente no projeto, nós fomos averiguar o que é que se passava com aquelas borracheiras, e concluímos duas coisas: primeiro, é que as borracheiras não eram originais, eram borracheiras que tinham sido plantadas por um morador, por sua autorrecreação, todas as que lá estavam. Segundo, a própria Câmara já tinha em tempos – e aqui, é uma coisa que eu acho que já não é muito compreensível – já tinha, em tempos, alterado as caixas de esgoto daquela zona por causa das borracheiras, porque as borracheiras vão ao encontro da conduta de água, já estavam a rebentar a conduta, e em vez de se mudar o problema, não, mudou-se a canalização toda daquela zona. E o problema é que estávamos outra vez a começar a ter o mesmo problema, ou seja, a ter que voltar a mudar as caixas de esgoto por causa das borracheiras que estavam enormes. Além disso, aquelas borracheiras, a questão das raízes, estavam com as raízes completamente espalhadas por todo o quadrado, ou retângulo, onde estavam implantadas, o que não só estava a matar as outras – uma ou outra árvore que já lá estava já estava morta por causa disso – como não deixavam crescer mais nada ali. Portanto, houve várias questões – questões por causa dos esgotos, questões por causa da dimensão que principalmente a maior tinha, que era exacerbada, houve uma série de questões que levaram a que fosse abatida. Portanto, não foi a questão de um morador que nos veio pedir, e por isso nós abatemos, como calcula. E o nosso compromisso – aliás, estamos agora à espera que cresça a relva naquela zona que foi plantada mais tarde – o nosso compromisso é plantar entre três a quatro árvores naquela zona, e que as árvores sejam adequadas ao espaço.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos fazer a votação do voto de louvor do CDS sobre o protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa “Combate ao desperdício alimentar”. Não é obrigatório apresentar, uma vez que foi distribuído. Mas, fica na ata, na sua versão escrita. Mas, eu posso ler; é um texto curto, eu posso ler:

“O CDS-PP reconhece a enorme importância do desenvolvimento de programas de combate ao desperdício alimentar na Freguesia de Belém.

Cientes da pobreza encapotada, é com agrado que recebemos a notícia da assinatura de protocolo entre a Junta de Freguesia e o Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, criado pela Câmara Municipal de Lisboa.

É justo reconhecer o contributo que este Comissariado Municipal tem dado para reduzir o desperdício alimentar em Lisboa, em particular pela implementação que esta nova política pública tem de impacto social, económico e ambiental.

Foi aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, na sequência de uma iniciativa do Partido Ecologista “Os Verdes”, que 2016 é o “Ano Nacional do Combate ao Desperdício Alimentar”.

É positivo que todos os Partidos políticos reconheçam a importância desta nova política pública que visa também uma cidade, um país e um mundo melhor e mais sustentável.

Esta realidade passa-se na nossa freguesia, na Freguesia de Belém, daí a importância do compromisso que a Junta de Freguesia assumiu de não cruzar os braços e fingir que este problema não existe.

Embora ainda exista um longo trabalho a desenvolver, designadamente no papel facilitador de meios que a Junta de Freguesia deve assumir, importa ainda destacar o relevante papel das comunidades religiosas e das várias organizações da sociedade civil que, através dos seus voluntários, conseguem cumprir funções sociais para as quais o Estado não tem vocação ou capacidade. Estes voluntários são a alma destes projetos.

Bem hajam!”

Vamos passar à votação. Não sei se há algum pedido de intervenção sobre esta matéria. Não sendo o caso, quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 21.12.2015. Já lá vai algum tempo, espero que ainda exista uma boa memória desta reunião, uma vez que já passaram mais de três meses. Não sei se alguém tem alguma questão, alguma reserva, alguma sugestão, crítica à ata que foi distribuída. Eu acho que nós finalmente encontramos uma forma de ter um registo das atas que vai ao encontro das várias discussões que os vários Grupos Políticos fizeram.

???: Só deixar a nota de que há alguns pontos de interrogação que não deviam estar, e até numa intervenção um pouco polémica do Sr. Presidente da Junta, relativamente ao 25 de abril. Por acaso, não se conseguiu registar as afirmações que fez a propósito de Salgueiro Maia, etc., mas é um acaso, com certeza. Mas há muitos pontos de interrogação, que convinha que fossem revistos.

Presidente da Mesa: Mas, eu penso que há toda a possibilidade de fazermos esse tipo de correções, julgo que ninguém se opõe a que nesta mesma reunião, se houver alguma sugestão concreta relativamente a essa ata... Muito bem. Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 4, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015. Dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, para apresentar este ponto.

Sr. Presidente, gostava só de fazer aqui uma nota, para não se sentir obrigado: dado a que todos os documentos foram distribuídos, não é obrigatório que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia faça a apresentação de todos. Quando lhe dou a palavra, não há nenhuma obrigação para que apresente todos os pontos, já tínhamos visto isso na última reunião. Mas, dou-lhe em qualquer caso a palavra, mas não se sinta obrigado a apresentar todos os documentos, em todos os pontos.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, mas de uma forma sintética, frisar o essencial, na medida em que estamos aqui a analisar e a apreciar os resultados do ano anterior, a Prestação de Contas. Eu gostaria de referir que o resultado neste exercício cresceu, de 335.286€ para 392.260€, tendo-se registado um ligeiro aumento no passivo, de 21.503€ para 34.720€. A Freguesia de Belém tem uma boa situação patrimonial, com o seu património a corresponder a 75,7% do ativo. No total de fundos próprios (património mais resultado líquido), apresentou mais de 98% do ativo líquido. Ou seja, o passivo é marginal, é 1,97% do ativo líquido, correspondendo aos valores retidos e ainda não pagos nas operações de tesouraria e alguns valores em trânsito a liquidar no início de 2016.

Quanto à receita, 2015 foi o primeiro ano em que a reforma administrativa da cidade de Lisboa funcionou quase em pleno, condicionando, naturalmente, o orçamento de receita, que passou de 4.108.368€, em 2014, para 5.055.035€, em 2015 – um crescimento de quase 25%. Em termos dos grandes agregados, o crescimento da receita é generalizado, sendo que o grande incremento do valor cobrado em taxas, multas e outras penalidades tem muito a ver com o facto de só em 2015 o licenciamento ter passado para as freguesias, tendo o seu valor ultrapassado os cento e sessenta e seis mil euros. A taxa de execução da receita foi de 108%, um valor em linha com o grau de exigência que ??? na elaboração do Orçamento. Repito, 108%.

A despesa aumentou em 2015, passando de 3.413.154€ para 4.119.695€ - portanto, um crescimento de 20,7%, em linha com os valores observados em termos de receita. O incremento, em termos dos grandes agregados, sobretudo na aquisição de bens e serviços e nas despesas com pessoal, um crescimento de 35,6% e de 26,2%, respetivamente.

A taxa de execução foi de 87,84%, acima dos 76,61% observados em 2014 (melhorou). Se tivermos apenas em conta os recursos efetivamente gerados no ano de 2015, então a taxa de execução orçamental corrente foi de quase 93%.

E para finalizar, gostaria de dizer que a receita do exercício corrente foi de 4.431.758€, enquanto a despesa total foi de 4.119.695€. O saldo de execução

orçamental corrente foi de 312.072€. Assim, o saldo de execução orçamental cresce de 667.844€ para 979.907€.

Como notas finais, gostaria de dizer que os documentos de Prestação de Contas estão todos integralmente elaborados, e correspondem às instruções do Tribunal de Contas – aliás, vamos em breve, está inclusive na ordem de trabalhos, ter também um Revisor Oficial de Contas. Não somos obrigados a ter, mas embora não sejamos obrigados, nós entendemos que sim, e até vai dar mais transparência a todas estas situações, porque já começamos a ter Orçamentos muito significativos. Tivemos o cuidado de, segundo a recomendação do Tribunal de Contas, elaborar o relatório de gestão nos precisos termos definidos no POCAL, e tivemos o mesmo cuidado ???. Os documentos de Prestação de Contas estão assim em condições de ser votados favoravelmente, pelo que pedimos aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia que tenham isso em devida conta, porque, de facto, isto é fundamental, e têm os elementos todos à vossa disposição. Portanto, pedimos para que os votem favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Coloco à discussão. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Relativamente a esta Prestação de Contas, apenas um comentário inicial, que o Sr. Presidente queixa-se muito, mas a saúde financeira desta freguesia, de facto, está aqui bem retratada como podendo agora abandonar a gestão prudencial a que se refere, para poder ir ao encontro de algumas das necessidades da freguesia, e que esperamos que a partir já deste ano de 2016, essa questão possa ser encarada de uma forma mais efetiva.

Dizer só aqui, na página 4, que penso que há aqui um erro relativamente ao ano, “ano de 2016”, mesmo na última linha; é “2015”, porque estamos a falar do ano anterior.

E gostava de fazer uma pergunta relativamente à questão dos recursos humanos: se, neste momento, já podemos considerar que a dotação com recursos humanos da Junta de Freguesia está equilibrada, se ainda há questões de regularização de contratação por resolver. Reparámos também que há um valor muito significativo de horas extraordinárias, provavelmente devido a turnos. Também gostávamos que nos fosse explicado porquê este valor tão significativo.

Reparámos que não foram esgotadas verbas relativamente à aquisição ou intervenção em instalações desportivas e recreativas. Havia uma previsão de despesa que ficou bastante aquém, em alguns casos cinquenta por cento (50%) por executar. E também aqui na recolha de resíduos, também é um valor que não é muito significativo como valor, mas também vemos que na recolha de resíduos não foi cumprido nem cinquenta por cento (50%).

Portanto, há aqui questões que nos parece que não foram esgotadas, como seria desejável, para equipamentos ou bens de apoio à atividade da Junta. E a questão

– essa gostaríamos mesmo de saber, as questões relativas ??? neste momento, no fim do ano de 2015, ??? pela Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não sei se há mais algum pedido de intervenção. Não sendo o caso, dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Arquiteta, muito obrigado pelas suas perguntas, porque isto permite-nos fazer aqui algum... Eu nunca me vou queixar, enfim, e o nosso problema é esse precisamente: nunca nos queixámos, não fizemos nenhuma lamúria, e até ficámos prejudicados na questão ???, por exemplo. Não, uma coisa é a gestão prudencial, temos sido prudentes, e ainda bem que fomos prudentes, porque se nós não tivéssemos sido prudentes, nós não tínhamos conseguido fazer todo o tipo de despesas que tínhamos conseguido nesta altura, porque tínhamos um bom saldo que nos ajudou, por causa do atraso no Orçamento. E graças à prudência que nós tivemos, nós conseguimos suprir esse atraso do Orçamento de Estado. Mas isso foi uma clara evidência.

Quanto às horas extraordinárias, isto no fundamental é referente à limpeza urbana. E o que é que se passa neste aspeto? Estamos aqui a passar uma situação ainda precária, que não é definitiva, porque ainda não temos os meios adequados necessários para este tipo de atividade, faltam elementos ainda, alguns tivemos que ter em regime de prestação de serviços, mas o que garanti a essas pessoas é que eles, realmente, como são poucos, e a atividade de limpeza urbana numa freguesia com estas características – ??? Santa Apolónia ??? andavam os cavalos da GNR, a rua toda suja, lá vamos nós limpar aquilo, a Meia Maratona, e por aí fora. De maneira que há constantemente atividades aqui, e isso implica grandes encargos. E de facto, vamos lá ver, para os nossos funcionários, eles sabem logo de antemão que ganham o máximo de horas extraordinárias possível por mês, mas eu pago-lhes desde que façam essas horas extraordinárias. Não há ninguém que ganhe horas extraordinárias sem as fazer, era só mais o que faltava. Mas, na higiene urbana – aliás, é o único departamento que praticamente tenho aqui que sabe que vai ganhar horas extraordinárias. Eu às vezes digo: “Vocês são uns privilegiados”, porque eles já sabem ??? o seu salário. Por quê? Porque, realmente, é sempre necessário, dia e noite, estar a trabalhar. ??? Pronto, aqui têm mesmo que ??? e assim podem fazer as horas extraordinárias. E fundamentalmente, a não ser casos muito limitados, é praticamente o pessoal da higiene urbana. Agora, obviamente que o objetivo não é gastar o dinheiro todo da Junta; nós temos mais uma razão, este ano, e isto deu-nos mais uma razão para sermos prudentes, porque se não tivéssemos tido esse grande cuidado, não diria que estivéssemos desgraçados, mas não era fácil. E repare uma coisa: nós, ao contrário da maior parte das Juntas de Freguesia, não tivemos ainda uma sede adequada, não fizemos obras. A Junta de Freguesia do Lumiar gastou agora centenas de milhares de euros para fazer obras na sede, e coisas assim do género, e pronto, ficam lá as obras, estão bonitas. Mas, nós estamos todos em cima uns dos outros. Não, mas repare, estamos a tratar desse problema. Por quê? Não, porque tivemos outras prioridades. Mas agora, a nossa

prioridade, de facto, neste momento, já começa a ser a sede. E estamos, neste momento, a tentar ficar com a parte de cima, onde está a Embaixada de Timor, passar a Embaixada de Timor para outro local, e nós ficarmos com a nossa sede, e com essa parte, já ficamos com condições dignas; nada de luxo, mas condições dignas. Mas, ??? condições como na Junta do Lumiar ??? não é muito gratificante.

As contratações, vão ocorrer ainda este ano, mais; não está o processo fechado, como é evidente, mas de uma forma geral, ainda estamos, como quase todas as Juntas de Freguesia estão, ainda a ver onde é que são precisas mais pessoas, e tal. Conseguimos pôr já no Quadro algumas pessoas, por concurso público, que estavam em prestação de serviços, como sabem. Eventualmente haverá mais, num futuro próximo, que gostaríamos de pôr. Mas, há procedimentos legais a cumprir, e ??? como é evidente.

Mas, passava a palavra ao Dr. João Carvalhosa.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só reforçar aqui algumas questões, por causa dos dinheiros transitados, porque parece, de facto, uma verba muito elevada. Mas, a realidade é que isto também se deve ao facto de a Câmara só nos ter transferido trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) já no final do ano. Portanto, era um dinheiro que faz parte do pacote de acordos relativos às novas competências, e que a Câmara nos devia. Devia e deve, porque a Câmara, além desses trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), já reconheceu que a Junta de Freguesia de Belém tem direito a cerca de mais quatrocentos mil euros (400.000€). Pois, mas o problema é que nós, de facto, temos andado a cortar em muita coisa, como o Sr. Presidente disse, e bem, de uma forma prudencial, porque aquilo que são as competências delegadas na Junta de Freguesia, ou as competências próprias da nova Lei, não vieram com o pacote financeiro adequado. E a Câmara reconhece que, de facto, deve ainda mais quatrocentos mil euros (400.000€). Mas, diz-nos agora, quando nós não termos forma legal ??? este dinheiro. Também só para termos uma noção da vantagem de termos sido muito prudentes na transição de Belém, e isto é uma coisa que é incompreensível, é absolutamente compreensível: a DGAL – que como sabem, tivemos duodécimos até ao Orçamento de Estado, e a Junta de Freguesia de Belém devia ter recebido, em duodécimos do Orçamento de Estado, duzentos e quarenta e seis mil euros (246.000€) por mês. Sabem quanto é que recebeu efetivamente? Cento e seis mil (106.000€). Ou seja, por mês, não nos foram entregues cento e quarenta mil euros (140.000€) que deviam ter sido entregues. Agora, vocês vejam: cento e quarenta mil euros (140.000€) vezes dois meses e meio – porque o ajuste só veio em março, a meio de março – nós estivemos dois meses e meio a viver à conta das reservas do ano anterior. E portanto, ainda bem, de facto, que as tivemos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos votar o Ponto n.º 4, Documentos de Prestação de Contas de 2015. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com sete (7)

votos favoráveis, e seis (6) abstenções. Eu posso dizer para a ata: com os votos favoráveis do PSD e do CDS, e abstenções do Partido Socialista e do PCP.

Vamos passar ao Ponto n.º 5, Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2016 (PPI e PPA). Pergunto se o Presidente da Junta de Freguesia quer fazer a apresentação deste ponto, ou se quer apenas esclarecer questões que sejam colocadas. Deixo ao seu critério.

Presidente do Executivo: Eu acho ??? já devem ter visto, e portanto, não vale a pena dizer mais nada.

Presidente da Mesa: Pergunto aos Grupos Políticos, quem tenciona intervir. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Queria apenas pegar nesta questão da gestão prudencial, e neste momento, o reconhecimento do POCAL deixou de poder ver essas rubricas, e que este montante de transferência do ano anterior, que é público e que justifica esta proposta, que vai ser maioritariamente dedicado a investimento. Portanto, aquilo que eu referi no ponto anterior, é apenas aqui comprovado que vai ser, neste momento (espera-se), colocado em áreas... E por isso, apenas referir – maioritariamente, foi o que eu disse – referir que, efetivamente, é essa a expectativa que temos, que haja agora a capacidade, durante o ano de 2016, de fazer mais investimento, de beneficiar mais áreas da freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não há mais nenhuma intervenção. Não sei se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia quer esclarecer este ponto. Eu penso que está esclarecido, uma vez que está escrito, que a maior parte da dotação será alocada a áreas de investimento.

Passamos à votação: quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com doze (12) votos a favor, e uma (1) abstenção, do Partido Comunista Português.

Passo ao Ponto n.º 6, Apreciação do Relatório Final do Inventário de Reconciliação de Ativos a 31.12.2015. Este documento também foi distribuído. Pergunto ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia se quer fazer alguma apresentação deste ponto.

Presidente do Executivo: Não, isso é só para apreciação, não tem que ser votado, nem nada. É só para apreciação. Só posso dizer que foi feito com os mesmos critérios que têm sido utilizados anteriormente.

Presidente da Mesa: Intervenções dos Grupos Políticos. É o Ponto n.º 6, Relatório Final do Inventário de Reconciliação de Ativos. Dou a palavra a Ana Coelho.

Ana Coelho (PS): Muito boa noite. Boa noite aos membros do Executivo, à Mesa, aos colegas de Bancada e ao público.

Portanto, relativamente a este documento, apenas algumas observações. Relativamente aos objetivos, que é o primeiro ponto, tem aqui algum erro, na data que está referida na última frase ??? reportam à data de 31.12.2015. Penso que será isso.

Só aqui uns breves comentários: no Ponto 3.4, são referidos os locais onde está colocado um destes equipamentos, mas eles são referidos de uma forma muito sumária, nomeadamente “Belém”, “Caselas”, “Restelo”, “Pedrouços” e “Ajuda”, e não se encontra detalhado o que é que se tem nestas localizações, quais são as moradas, quais são os locais exatos onde estão estes equipamentos. Portanto, não sei se estará noutro documento que se anexe a este, onde estejam detalhados estes locais.

Neste relatório ??? realmente transfere um elevado trabalho que foi realizado, são também indicadas algumas oportunidades de melhoria, algumas indicações para se fazerem melhorias nos vários procedimentos. E fazem todo o sentido, porque me parece que serão procedimentos administrativamente banais, e que devem ser efetivamente implementados. Eu até fiquei admirada, quando li estas questões, que este tipo de procedimentos, este tipo de atuações, não estivessem já perfeitamente implementados. De qualquer maneira, tendo em conta toda esta remodelação dos funcionamentos das Juntas de Freguesia, da conjugação de várias Juntas, etc., que seja necessário fazer alguma melhoria de funcionamento. Nomeadamente são referidos os procedimentos para dar baixa dos equipamentos, para fazer a etiquetagem dos equipamentos, para fazer a receção dos equipamentos, inclusão no inventário. E a minha pergunta é no sentido de saber quais são – que com certeza já foram ponderadas pelo Executivo da Junta – as atuações que devem ser tidas em conta para que, de futuro, seja mantido este registo de inventário, e que seja mantida a sua atualização. Será que há funcionários que já foram adjudicados a este tipo de tarefas, se estão formados, se têm que ter a sua formação, se há procedimentos concretos que já estejam estipulados. Pronto, são perguntas nesse sentido.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Só para ficar registado, foi a intervenção de Ana Varela Coelho, do Partido Socialista. Nós estamos a tratar de uma apreciação, julgo que não temos de votar. Mas, foram colocadas questões para esclarecimento do Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Ora bem, vamos lá ver, isto, de facto, o inventário tem de ser apreciado, e está atualizado, com base em mais um ano, toda esta situação ???. Agora, esta empresa acompanha esta Junta já há vários anos, e está bem dentro dos assuntos. Isto são aspetos muito técnicos, e as suas recomendações são sempre devidamente acolhidas. Portanto, vamos lá ver, eu não vou pôr em causa as decisões de uma empresa, que tem lá os técnicos, e que obviamente fazem o acompanhamento; há situações em que eu não posso nem me devo intrometer, porque há questões técnicas ??? dos bens, ??? ao fim de X tempo, já podem ser abatidos, não podem ser abatidos. Eu lembro-me, por exemplo, de umas cadeiras que lá temos ??? que foram dadas por uma instituição do Estado, há muitos anos, que tinham valor zero, e estão a funcionar super bem, e são ótimas. Portanto, penso que não há assim mais nada a referir

nesse aspeto; são coisas muito técnicas, e portanto, por isso é que nem é uma matéria para ser votada, é para ser apreciada. Depois, há sugestões que nós vamos acatando, dos técnicos de inventário.

Presidente da Mesa: Novamente, Ana Coelho.

Ana Coelho (PS): Eu peço desculpa, eu realmente também não sou uma perita na área, apenas me limitei a ler o relatório da empresa, que tem um ponto que diz assim: “Ponto 4.4 – Sugestões para o futuro”. E esse ponto diz assim: “*Sugerimos a implementação de algumas medidas e procedimentos, de forma a efetuar uma gestão otimizada dos bens com património móvel, tais como...*”, e depois tem uma lista de medidas. Portanto, parece que foi a própria empresa que elaborou o relatório que faz sugestões para que se faça uma gestão mais otimizada deste inventário.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Eu não acho nada contraditório, desculpe lá. Portanto, vamos lá ver: é evidente que, como sabe, há empresas que já têm isto tudo lá no seu sistema, e às vezes, por uma questão – como é que hei de explicar? – ????. Portanto, isto não desvaloriza nada. Nós temos isso em devida consideração, algumas situações já fazemos, na prática, como é evidente, mas eles voltam a insistir, muitas vezes. Mas, isso é feito. Aliás, devo dizer que no meu gabinete, as cadeiras que eu lá tenho, já tinham estado lá existentes ???.

João Carvalhosa (Vogal): De facto, isto deve ser quase “chapa 4”, porque não só algumas das sugestões que estão aqui, é a própria empresa que faz – não somos nós que fazemos, é a própria empresa – como outras que nós já as fazemos, de facto. Por exemplo, há coisas sobre inventário, ??? bens já não existentes, que é a empresa que faz, não somos nós. É curioso que sugerem eles fazerem normas. Mas, mesmo também a questão do abate de bens, enfim, implementação de critérios para a aquisição, etiquetagem (são eles que fazem) e atualização da base de dados de todos os bens (são eles que fazem). Portanto, isto aqui é mais, por vezes, uma “chapa 4” que eles colocam. Por acaso, nós podemos verificar se nos anteriores também está isso. Mas, pronto, efetivamente, este trabalho, na maior parte, é feito por eles; nós, o que fazemos muitas vezes é quando ??? os bens, é retirar a etiqueta, e fica registado num sítio, para depois, então, ser atualizado. E as questões contabilísticas que aqui falam também, obviamente são todas valorizadas – aliás, são refletidas depois nas contas.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Penso que podemos dar por concluída a apreciação do Inventário de Reconciliação de Ativos até ao final do ano de 2015.

Ponto seguinte, Ponto n.º 3.7, Apreciação e aprovação da Alteração à Tabela de Preços da Freguesia, no que diz respeito à Piscina. Foi distribuída a proposta da Junta de Freguesia. Ana Coelho.

Ana Coelho (PS): Queria só pedir um esclarecimento para esta atualização de preços, este aumento de preços, relativamente a estes bens, que são vendidos nas instalações da piscina.

Não diretamente a ver com este assunto, mas relacionado com as atividades da piscina, eu não sei se será oportuno colocar uma outra questão, Sr. Presidente. A questão tem a ver com o facto de a piscina ser utilizada, nomeadamente antes das horas de início das próprias atividades da piscina, por atletas de alta competição para fazerem os seus treinos. Nós gostávamos de saber se há encargos, ou se essa utilização implica algum pagamento por parte dos atletas, para a utilização dessas instalações.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Nesse aspeto, devo dizer o seguinte: nós somos a piscina mais barata – se não é a mais barata, uma das mais baratas de Lisboa. Aliás, o próprio Presidente da Câmara está-me várias vezes a dizer para aumentarmos os preços da piscina, porque ela é a mais barata. Mas, nós não quisemos aumentar, ao contrário do que se fez em Benfica – e Benfica agora reviu, realmente, os preços da piscina. Nós estamos a manter o preço da piscina ??? nunca mais mexemos nisso. Aqui, sentimos que havia necessidade de atualizar os preços, ligeiramente, um pequeno aumento.

E quanto a essa situação que refere: exatamente, temos alguns acordos com entidades que nos fizeram essa proposta, e que pagam, como é evidente, as respetivas taxas, fora desse horário. Também já tivemos outro tipo de propostas que recusámos, porque achámos que era um bocado distante, e recusámos, de outras entidades. Por exemplo, posso dar-lhe um exemplo: queriam uma piscina só para homens, ou só para mulheres. Por exemplo, uma embaixada estrangeira que uma vez nos pediu para tapar os vidros todos, e tal, e sei lá mais o quê. E recusámos; recusámos, porque acho que é inconstitucional. Mas, neste caso concreto, sim, estão a utilizar e pagam taxas, e até é mais uma fonte de receitas que nós temos.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado.

Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com sete (7) votos a favor, e seis (6) abstenções, do Partido Socialista e do PCP.

Ponto n.º 8, Apreciação e ratificação do contrato-programa com a DGEstE, relativo às atividades de enriquecimento curricular. O contrato-programa foi distribuído. Pergunto se o Presidente da Junta de Freguesia, ou alguém do Executivo, quer fazer uma referência, ou uma apresentação. Então, passamos diretamente à discussão. Fernanda Santos, do Partido Socialista.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do Partido Socialista. Muito boa noite à Mesa, ao Executivo, colegas, fregueses.

A questão que eu gostaria de colocar em relação a este contrato-programa, que já está em vigor, porque se aplica agora neste ano letivo, mas gostaríamos de ter algum esclarecimento sobre as atividades que estão a ser desenvolvidas neste momento para o 1.º ciclo, quais são as atividades de enriquecimento curricular. E também gostaríamos de saber por quem são promovidas; se são promovidas pela própria Junta, ou se há alguma parceria com alguma entidade para o desenvolvimento das mesmas.

Presidente da Mesa: Tenho uma inscrição também do PCP, João Serrenho de Sousa.

João Sousa (PCP): Boa noite a todos.

Em relação a esta matéria, gostaria de dizer que o PCP tem grandes dúvidas com a existência das atividades de enriquecimento curricular, porque considera que as expressões, no geral, educação física e as línguas, e essas matérias, deveriam estar integradas nos currículos, e serem dadas ???.

Presidente da Mesa: Obrigado. Pergunto se há mais alguma intervenção. Não sendo o caso, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Eu passo a palavra aqui à Helena Lencastre, que tem o pelouro da educação, para esclarecer estas questões.

Helena Lencastre (Vogal): Boa noite a todos. Helena Lencastre, Vogal da Educação.

Primeiro aspeto, é que este contrato aparece aqui porque veio só em dezembro – é do início do ano letivo, mas chegou-nos em dezembro, já não a tempo da anterior Assembleia (chegou a 16 de dezembro). Realmente, é desde este ano letivo. As atividades que estão para o 1.º ciclo, no período de uma hora letiva, das dezasseis e trinta às dezassete e trinta, as atividades são o inglês (para o primeiro, segundo e quarto ano), música e expressões, onde estão incluídas a plástica e o drama, e também desporto. São as três áreas, e depois há horários diários só de uma hora, mas durante a semana vão tendo as três áreas.

Quem as promove somos nós, porque nós contratamos, temos que contratar todos os professores, temos coordenadores, temos uma equipa. Não temos parceria com mais nenhuma instituição; somos nós que fazemos. É um protocolo connosco por isso mesmo, porque somos nós a promover.

Em relação a não concordar com o PCP, nós temos que as fazer, faz parte. Compreendemos que gostasse mais que fosse em tempo letivo e não pós-letivo, neste horário que sabemos que é complicado, é um horário entre as quatro e meia e as cinco e meia, em que eles já estão muito cansados. Mas, para já, tem que ser feito. Também podemos, e já nos propusemos a estudar com o

Agrupamento, ser feito por nós, promovido pela Junta, mas ser noutra horário, no início, no meio ou no fim, mas o Agrupamento, enfim, discorda connosco. Na maioria dos Agrupamentos é assim, entre as quatro e meia e as cinco e meia. Não tenho mais explicações. Não sei se há mais dúvidas.

???: Também era para ter um esclarecimento. Nunca se ponderou a possibilidade de haver parcerias para o desenvolvimento destas atividades, e se seria até vantajoso o envolvimento – como existe noutras escolas, noutras AEC's – das Associações de Pais, por exemplo, ou outras associações, outras entidades, que também possam trazer alguma dinâmica a estas atividades, e juntar mais a comunidade no desenvolvimento das mesmas?

Helena Lencastre (Vogal): Nós tivemos uma parceria com a Academia de Música ??? no primeiro ano, mas teve alguns problemas, e acabámos por acabar. Só foi um ano, não resultou, e saiu muito caro. Isto não é muito fácil, fazer esta gestão financeira, e não foi de grande benefício, não valeu a pena. Quer dizer, não correu mal, mas a avaliação não se repetiu. Agora, temos estado sempre em contato com as Associações de Pais, têm sido grandes parceiras, mas não são parceiras tradicionais; fazemos muita parceria com elas, mas institucionalmente não. Fazemos várias atividades ??? Bairro do Restelo, muitas parcerias, mas não encaixa a população em nenhuma parceria ???.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos passar à votação deste contrato-programa. Trata-se de uma ratificação, tem que ser votada, a ratificação do contrato-programa com a DGEstE, relativamente às atividades de enriquecimento curricular. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com doze (12) votos a favor, e uma (1) abstenção, do PCP.

Ponto n.º 9, Apreciação e ratificação de protocolo com a AISEC. Foi distribuído o contrato. Não sei se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia quer fazer alguma apresentação, ou se podemos ir diretamente para as respostas às questões que forem colocadas. Julgo que sim. Pergunto se há alguma intervenção. Fernanda Santos.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, novamente.

Em relação a este protocolo, que nos parece muito interessante, e que vem daqui uma atividade salutar com os alunos da Escola Secundária Marquês de Pombal, no envolvimento com a AISEC, enquanto também uma associação de jovens voluntários. No entanto, parece-nos, pela leitura deste protocolo, que carece de mais algum cuidado na sua redação. São pormenores, efetivamente, mas também, numa próxima oportunidade, uma vez que já está assinado também, podem ser corrigidos. Por exemplo, na cláusula cinco refere o decurso deste programa, mas não refere o ano. Portanto, eu presumo que seja para o próximo ano de 2017. É para este ano? Então já está a decorrer. Pois, efetivamente, não é referido no protocolo, pelo menos pela leitura que eu fiz, não consegui perceber se estava já em decurso, ou se iria acontecer no futuro.

Depois, quando se refere, na cláusula doze e na cláusula treze, a Junta de Freguesia a participar com um valor de cento e cinquenta euros (150€) para cada um, totalizando um valor de trezentos euros (300€). Portanto, cada um dos estagiários. Mas, como disse, são pormenores, mas, de facto, na redação de um protocolo também se terá que ter esse cuidado.

Depois, na cláusula dezasseis, está referida a pessoa da Vera Cruz, e aparece aqui várias vezes referida a “entidade parceira”, sendo que também não fica bem definido, na redação do protocolo, quem é a entidade parceira. Ou seja, há um primeiro outorgante, há um segundo outorgante, e depois há a AISEC – eu estou a presumir que a entidade parceira aqui seja a Escola Secundária Marquês de Pombal, mas não está claro no clausulado deste protocolo.

Helena Lencastre (Vogal): ... primeira outorgante, diz “*Escola Secundária Marquês de Pombal, com sede...*” tal e tal, “... *adiante designada apenas por entidade parceira*”.

Fernanda Santos (PS): Peço desculpa, eu concentrei-me na primeira outorgante. Mas, de todo o modo, ainda há algumas questões. Por exemplo, na cláusula dezanove, refere-se em relação a um seguro que deveria estar referido na cláusula dezasseis, mas não encontro esta informação na cláusula dezasseis, se bem me parece; ou seja, a menção aqui em relação ao seguro está na cláusula dezoito. Não sei se poderei ter visto mal, mas creio que há aqui alguma confusão entre as cláusulas. Então, se calhar, é a minha incapacidade jurídica para a análise deste protocolo. Mas, de todo o modo, não tendo capacidade jurídica, mas tendo alguma capacidade de leitura, parece-me que a mesma resulta de alguma forma confusa. E isto não tira a bondade nem o mérito da ação, como é óbvio, mas talvez numa próxima oportunidade ter mais cuidado com esta redação.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Pronto, é mais uma parceria que nós temos com a Escola Secundária Marquês de Pombal – aliás, foi iniciativa deles, fomos desafiados por eles para avançar com este projeto. É sempre com muito gosto que fazemos isso. Ainda ontem estivemos a inaugurar a reabilitação do pavilhão gimnodesportivo, com o novo piso fantástico – vão lá ver – na Escola Marquês de Pombal, um investimento de milhares de euros, mas muito bem investido, e ficámos com espaços para as nossas coletividades e para os nossos fregueses poderem praticar ali desporto também. Mas, temos essa relação muito estreita. E até o próprio termo do protocolo é uma “chapa 4” que a Escola Marquês de Pombal utiliza para este tipo de atividades, não só connosco, mas com as outras entidades também fizeram a mesma coisa. ??? Mas, eu tive, aliás, ocasião ontem de ver lá algumas pessoas a usufruir deste campo ??? e acho, de facto, interessante apoiar este tipo de iniciativas, que realmente é um passo muito importante para os nossos jovens, e é bom sermos entidades financiadoras deste tipo de projetos.

Presidente da Mesa: Obrigado.

Vamos passar à votação da ratificação deste protocolo com a AISEC. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 10, Apreciação e aprovação de adenda ao protocolo com o Centro Paroquial de Santa Maria de Belém. Também foi distribuído. Pergunto se alguém quer intervir. Ana Coelho, do Partido Socialista.

Ana Coelho (PS): Também aqui algum esclarecimento relativamente a este contrato. Portanto, esta adenda tem a ver com o facto de ter sido recebida uma verba adicional, que vem permitir a contratação de uma monitora, ou monitor, para um espaço educativo. A pergunta é no sentido de perceber qual a duração prevista deste contrato – uma vez que a informação não está aqui incluída – a duração, a carga horária, e o tipo de contrato que é estabelecido com este agente de educação. E também saber se esta contratação é sujeita a algum concurso público.

Presidente da Mesa: Muito bem. Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Isto, como veem, é uma adenda a um contrato que já existe, uma partilha que já existe no Centro Paroquial de Santa Maria de Belém, aquela instituição que funciona no nosso edifício, e foi com esse objetivo, como veem aí, para se contratar uma monitora para acompanhar uma criança com necessidades educativas especiais. Este vem complementar o outro, vem acrescentar algo ao outro que já existia. Portanto, são contratos, são acordos anuais. Isto aqui vem apenas alterar o art.º 8.º do acordo principal, altera uma parte específica do art.º 8.º: “??? transfere verbas adicionais ??? sido acordadas com o Município de Lisboa, designadamente para o reforço de pessoal com vista ao acompanhamento de criança com necessidades educativas especiais”, como é o caso. É só pura e simplesmente com esse efeito.

Obrigado.

Helena Lencastre (Vogal): Helena Lencastre.

Em relação à duração, é um ano. ??? acertou o custo das necessidades educativas... esta criança entrou neste ano letivo na escola, foram reconhecidas as suas dificuldades, e por isso, foi necessária a contratação de mais uma pessoa para assegurar ??? onde a criança está inserida. Depois, a Câmara reconheceu, deu-nos mais dinheiro por um ano, e nós temos que justificar essa passagem de dinheiro para esta instituição, porque é quem está a promover as CAF's, e por isso, teve que contratar. Por que é que contratou? ??? há umas entrevistas ??? está a promover isso, a executar no Bairro do Restelo, as CAF's. Portanto, o protocolo é com eles, e nós recebemos o dinheiro para podermos dar a eles. Mas, não podemos entregar sem estar bem justificado.

Presidente da Mesa: Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com oito (8) votos a favor, e cinco (5) abstenções, do Partido Socialista.

Vamos para o Ponto n.º 11, Apreciação e aprovação da Norma de Funcionamento dos Passeios Sénior. Quem pretende intervir? Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite. Começaria por cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo, cumprimentar os Grupos Parlamentares, o público.

É também um esclarecimento – aliás, vemos com bons olhos que haja um conjunto de normas para o funcionamento destes passeios, mas era um esclarecimento que nós queríamos também obter, que era tentar perceber como é que é feita e onde é que é feita a divulgação deste procedimento, no fundo, de seleção destes passeios, e nomeadamente também saber o prazo, que no nosso entender, também deveria ser conhecido o calendário por parte de todos os fregueses, para se permitir também organizar um pouco melhor o seu dia a dia, nestes mesmos passeios.

Já agora, só para dizer que na proposta imediatamente a seguir, do Regulamento Jovens para a Cidadania, nesse regulamento já aparece precisamente essa calendarização, todos esses elementos que acabei de referir, que nesta norma de funcionamento dos Passeios Sénior, não consta.

Presidente da Mesa: Dava a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Depois passarei aqui a palavra ao Dr. João Carvalhosa, que poderá complementar isto.

Mas, de facto, quem lê os Boletins – há quem não goste e não leia, claro, mas quem lê os Boletins vê lá esta nossa ??? no *site*, nas vitrinas, são anunciados, enfim, e depois é por sorteio público. É no Salão Nobre, à frente de toda a gente, as pessoas vão lá assistir e tudo, para não haver qualquer dúvida. E isso tem sido anunciado devidamente, atempadamente, para as pessoas, e tem sido um sucesso. É muito simples isto.

Mas vou passar a palavra ao Dr. João Carvalhosa, se não se importa.

João Carvalhosa (Vogal): Só dizer que os passeios são, por regra, divulgados nas vitrinas, e sempre que é possível, no Boletim – e aqui tem a ver, às vezes, com os *timings* com que conseguimos programar as situações. Mas, são sempre divulgados nas vitrinas da freguesia, com antecedência; as pessoas vão à Junta, inscrevem-se, sempre com prazos mais do que suficientes, muitas vezes passeios com dois meses antes, para inscrição.

Queria só fazer uma nota, que acho que é de louvar aqui uma situação, que é: estes passeios são acompanhados e dinamizados – são programados por nós, mas são dinamizados e acompanhados sempre por voluntários. E eu acho que isto é fantástico, nós termos parceiros – aqui em Santa Maria de Belém, ou na

antiga Santa Maria de Belém, pelo menos desde 2002 – acompanhados sempre por voluntários. Nunca são profissionais pagos que vão, nem sequer são os nossos técnicos, que só vão em caso de emergência, em caso de alguma alteração de última hora. Eu acho que isto é de louvar, haver pessoas que se disponibilizam para acompanhar os idosos.

Presidente da Mesa: Dava a palavra ao Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Só para também referir que nós estamos claramente de acordo com todas estas atividades, e era mesmo para que ficasse claro que temos muito interesse em que elas continuem a ser um sucesso nesta freguesia, mas que, efetivamente, se houvesse nesta norma já indicação – e não é que não apareça nas vitrinas, mas podiam ser referidas na própria norma de funcionamento essas mesmas datas, esse calendário, tal qual, por exemplo, na proposta de regulamento no ponto imediatamente subsequente a este tem. Não é que não fosse, enfim, também da vontade da Junta divulgar, ou até mesmo divulgar atempadamente.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Penso que ficamos todos muito satisfeitos, desde logo com o envolvimento de voluntários neste processo. Espero que a Junta de Freguesia possa transmitir – acho que é partilhado por todas as Bancadas – o agradecimento que fazemos ao facto de os voluntários participarem nestes passeios.

Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 12, Apreciação e aprovação do Regulamento Jovens para a Cidadania. Quem pretende intervir? Pedro Rodrigues, do Partido Socialista.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, do Partido Socialista. Obrigado.

Também mais um esclarecimento, e aqui, neste caso, reporta-se ao Ponto 7, ao júri, que está referida a constituição do júri, e bem, as atribuições que o júri tem, mas não refere como e quem é que escolhe o próprio júri, ou seja, como é que é constituído o júri, em termos gerais, e quem é que nomeia o elemento da Assembleia de Freguesia. Nós não sabemos a forma como, no fundo, estes representantes são selecionados para o próprio júri. Portanto, era esse pedido de esclarecimento que nós pretendíamos também obter.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, uma vez que existe, de facto, no Ponto n.º 7, a indicação de que o júri é composto por um representante da Junta de Freguesia (que preside), um membro da Assembleia de Freguesia, um representante das entidades parceiras, e dois representantes da comunidade, eu dou a palavra ao Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, vamos lá ver: nós temos uns mecenas aqui na freguesia que têm todos os anos contribuído com dois mil euros (2.000€) para entregarmos a pessoas que se têm distinguido nessas atividades. Este ano, estamos a tentar começar, a pouco e pouco, enfim, a dar um pouquinho mais de robustez a este tipo de situações ????. E de maneira que este é o primeiro, para de uma forma já mais estruturada, tentarmos arranjar os critérios ????. A Junta de Freguesia, isto é, o Executivo, em breve, irá escolher o júri, o Presidente da Junta de Freguesia irá presidir, um membro da Assembleia de Freguesia e um representante das entidades parceiras, e dois representantes da comunidade, totalizando cinco pessoas nesse júri. Portanto, muito brevemente, a Junta de Freguesia apresentará, nomeadamente à Assembleia de Freguesia, nomeadamente ao Sr. Presidente, para saber quem é o representante da Assembleia, e das outras entidades ??? realizar várias propostas, porque isto há de ser divulgado ????. Portanto, é neste momento o que posso dizer sobre isto.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Eu sugeria, aproveitando, para sermos práticos, já que estamos aqui na Assembleia de Freguesia, e há indicação para termos um representante, perguntava aos Grupos Políticos que sugestão têm para operacionalizarmos a escolha deste representante, dado que me parece evidente que não será o Presidente da Assembleia de Freguesia a estar neste júri, nem me parece que faça sentido que seja qualquer pessoa da Mesa. Parece-me que a ideia da Junta, ao incluir aqui um membro da Assembleia, é para traduzir uma representação da própria Assembleia, representação plural. Portanto, não faz sentido que seja alguém que ocupe uma função na Mesa. É a minha opinião. Pergunto aos Grupos Políticos como é que tencionam operacionalizar esta escolha, dado que não tem que ser feita hoje, mas penso que tem que ser feita a tempo de junho de 2016.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, eu acho que na próxima Assembleia de Freguesia, talvez a Assembleia, nessa altura, já pudesse tomar uma deliberação nesse sentido, para indicar o representante da Assembleia no júri, porque isto vai intensificar-se a partir de setembro. Portanto, as verbas já entraram na Junta, o mecenas já deu o dinheiro, já cá está. Portanto, em setembro é que isto vai ser... acho que há tempo para, em junho, na próxima Assembleia de Freguesia, a Assembleia tomar uma decisão, para indicar o seu representante, penso eu, salvo melhor opinião.

Presidente da Mesa: Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral.

Eu julgo que poderemos convidar um representante da Oposição para fazer parte do júri.

Presidente da Mesa: Se for esse o interesse, eu penso que há dois Grupos Políticos, mas julgo que temos tempo até à próxima Assembleia. Parece-me

evidente que é no sentido de que seja o Grupo maioritário da Oposição, que possa fazer essa proposta. Ninguém está impedido de se apresentar como candidato, indicando alguém da Lista na próxima reunião. Penso, então, Sr. Presidente, que é possível, dentro dos prazos que estão definidos, podermos escolher esta representação na próxima reunião. Parece muito interessante este gesto de diversidade e de pluralismo.

Pedro Rodrigues (PS): Só para dizer que ficamos muito agradecidos com este gesto, por parte da Bancada do PSD.

Presidente da Mesa: Vamos votar este Regulamento Jovens para a Cidadania. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 13, Aprovação da aceitação de doação de Ready to Shoot Audiovisuais, Lda. Está aqui descrito, são duzentos euros (200€) que foram doados por esta empresa. Penso que está explicado. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 14, Aprovação do Revisor Oficial de Contas da Freguesia. Existe também aqui uma proposta feita pela Junta de Freguesia. Pergunto se alguém quer intervir. Ana Coelho.

Ana Coelho (PS): Portanto, parece-nos muito bem esta iniciativa do Executivo, de fazer a nomeação de um Revisor Oficial de Contas, como referiu há pouco o Sr. Presidente. Dado o volume das verbas envolvidas atualmente no Orçamento da Junta, faz todo o sentido termos um acompanhamento profissional da gestão financeira da Junta. Portanto, louvamos esta iniciativa. E gostávamos de perceber um pouco qual foi o processo do Executivo que conduziu à elaboração desta proposta concreta, e da escolha desta empresa. Calculamos que tenham sido auscultadas outras empresas, outras entidades, e gostávamos de perceber por que é que recaiu a escolha sobre esta, qual é a comparação que fez com outras eventuais candidaturas.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Isto é uma empresa que nos fez uma proposta, a empresa é aqui perto, em Alcântara. Por acaso solicitámos informações sobre a empresa, sobre os seus principais sócios, tivemos muito boas informações, depois também consultei alguns colegas, nomeadamente o de Alcântara, que também tinha escolhido esta empresa. Depois chamámos a empresa à Junta, falámos com eles, vimos que o preço era razoável, era justo ??? esse tipo de situações, fiz-me acompanhar também pelo nosso Técnico Oficial de Contas e por pessoas do Executivo, e portanto, gostámos, vimos que eram umas pessoas muito profissionais, que nos podiam dar uma certa garantia para poderem ser os nossos ROC's. ??? escolhido

esta entidade, e vimos que era uma pessoa... depois, pedimos algumas informações sobre a empresa, que nos davam garantias, e foi com base nisso que nós tomámos a decisão.

Presidente da Mesa: Não sei se há mais alguma questão sobre este ponto. Vamos, então, passar à votação. Quem vota a favor desta aprovação do Revisor Oficial de Contas da Freguesia? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com sete (7) votos a favor, e seis (6) abstenções, do Partido Socialista e do PCP.

Chegamos ao final da nossa reunião. Foi distribuída a informação escrita do Presidente. Não costuma ser tema para intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mas temos toda a possibilidade de nos pronunciarmos sobre a informação escrita, que é bastante extensa e abundante. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista. Eu quero contribuir para que à meia noite esteja concluída, mas não gostava de deixar de ter aqui uma intervenção.

Por um lado, obviamente que reconheço o esforço feito pela Junta de Freguesia para alterar a forma como esta informação escrita é apresentada; parece-nos muito mais consistente, embora ainda possa – na nossa opinião – ser melhorada, para maior informação da atividade da Junta de Freguesia.

Os poucos reparos que eu gostava de aqui fazer, refere-se nomeadamente à organização dos serviços, na página 3, em que os três parágrafos aqui retratados referem vários percalços, questões que ainda não estão resolvidas, nomeadamente a publicação dos contratos públicos, que é de base obrigatória, e que a justificação que é apresentada não é justificação nenhuma, porque diz que faltam documentos, que não dependem só de nós – enfim, isto não é uma informação objetiva e rigorosa.

E também, por último, que no mês de abril será lançado um concurso público internacional para a conservação de espaços verdes; uma vez que hoje já estamos a 28, eventualmente esta informação foi feita antes, mas talvez o Sr. Presidente nos possa dizer se já está este concurso publicado, ou qual o ponto de situação.

Relativamente à questão dos equipamentos educativos, esta freguesia tem equipamentos de muito boa qualidade, com reconhecimento, mas também aqui a própria referência no primeiro parágrafo aos clubes da Escola Paula Vicente. Sabemos que é uma escola que tem problemas, e gostávamos bastante que esta justificação da falta de recursos que aqui é invocada agora, de acordo com os recursos financeiros que estão reconhecidos, que a Junta tem, que possa ter aqui um investimento maior para melhorar as condições da Escola Paula Vicente, e torná-la também uma escola de referência, que sabemos que pode ser.

Por outro lado, gostava de saber qual é o envolvimento que a Junta de Freguesia tem na questão da Escola Moinhos do Restelo, que sabemos que vai fechar durante o próximo ano, que vai haver transferência dos meninos para outra escola – que tipo de obras, ou que tipo de intervenção é que vai ser feita, qual é a intervenção que a Junta de Freguesia... enfim, qual é a parte da responsabilidade da Junta, qual é a parte do acompanhamento. Gostávamos de ser informados, porque nos parece que é um tema importante, que afeta muitas famílias, e que pensamos que poderá ser uma paralisação útil para a melhoria das condições das escolas da freguesia.

E por último, os apoios concedidos. Na página 17, aqui são referidos alguns, ou os apoios que foram concedidos durante o primeiro trimestre. E gostaríamos também de uma maior explicação do porquê a estas entidades, porquê a Casa do Minho, quais são, no fundo, os critérios que a freguesia tem para a concessão destes apoios, se são as entidades que o solicitam, se há uma avaliação da Junta relativamente às instituições que carecem de apoios, e os montantes que são aqui definidos, a que é que dizem respeito, se há uma justificação de atividades – enfim, qual é o processo que conduz a que sejam estes os apoios, e nestes montantes.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado. Não vejo mais pedidos de inscrição. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, tem de fazer aqui uma grande proeza: estamos a cinco minutos da meia noite, e ainda temos de ler a ata em minuta. Tentar, em três minutos, responder a estas questões.

Presidente do Executivo: Vamos já à questão dos espaços verdes, que é uma das matérias mais importantes. Nós estamos à espera de uma resposta do Tribunal de Contas, quanto à necessidade de visto prévio. O valor do concurso é elevado, são cerca de novecentos mil euros (900.000€) em três anos, e o limite para o visto são trezentos e cinquenta mil (350.000€). Portanto, estamos a ver com o Tribunal de Contas essa matéria. Mas, em breve, isso será explicado.

Quanto a estes apoios que estão aqui, que foram os concedidos, olhe, um deles foi o que há bocado estive a falar, da Escola Secundária Marquês de Pombal, renovação do piso do pavilhão, que estivemos ontem lá a inaugurar, e que está fantástico. Temos aqui a Casa do Minho: a Casa do Minho faz sempre, já há vários anos, conosco, dois grandes eventos aqui na nossa freguesia, que é o Festival de Folclore e a Romaria Minhota, são já dois clássicos aqui na nossa zona. São apoios de mil e quinhentos (1.500€) e de setecentos e cinquenta euros (750€) com que nós apoiamos cada uma dessas iniciativas, porque eles têm muitas despesas, para trazer cá as pessoas, muita gente, e portanto, é um apoio que nós damos a eles nesse aspeto, que não dá para cobrir tudo, mas que apoia.

??? é uma instituição daqui da freguesia, que também nos apoia em várias atividades, e que nós apoiamos também. O Agrupamento de Escolas do Restelo, mais o Centro Paroquial também, em projetos de ação social, o Centro Paroquial também.

Posso-vos dizer também uma coisa, que gostaria de frisar aqui pela sua importância, e que tive ontem essa informação: a Presidência da República, sensível à falta de estacionamento que nós temos aqui na freguesia, ontem comunicou-nos que é possível, muito em breve, irmos passar a poder estacionar na Calçada da Ajuda, no lado ??? estacionamento privativo da Presidência da República, das vinte horas até às oito da manhã. Portanto, é uma limitação, enfim, já há uns tempos, que se sentia, e que no outro dia aqui, numa sessão de esclarecimento por causa das obras na Rua do Embaixador, foi muito polémica por causa da falta de estacionamento. Eu comprometi-me – ainda não avisei as pessoas, tive essa informação hoje pelo Presidente da Casa Civil, mas de qualquer forma, comprometi-me a junto da Presidência da República encetar esforços, e junto da ESTAMO. Com a ESTAMO vou ter uma reunião amanhã, com o Presidente da ESTAMO. Quanto à Presidência da República, já tenho a confirmação escrita de que, pronto, vai-se pôr lá a placa, a Presidência da República ficará apenas entre as oito da manhã e as vinte horas, e os moradores poderão utilizar aquilo no futuro. Isto mostra a sensibilidade da Presidência da República para com os residentes, os vizinhos, numa altura difícil, em que há obras na Rua do Embaixador, ter sido sensível a um pedido da Junta que foi feito em nome dos moradores. Portanto, ??? criam-se questões de segurança, e a própria segurança do Palácio de Belém achou que não tinha muita lógica isso, nesse aspeto concreto. E portanto, isso foi despoletado ??? uma grande alegria, como é evidente.

Quanto aqui a esta questão da informação: pronto, realmente, fomos sensíveis às suas sugestões anteriores, estamos a ordenar isto de uma forma muito mais coerente, penso que está contente com isso. Já o disse, pois.

O projeto da Escola Paula Vicente é algo *sui generis* em Lisboa, não existe lá nada, era um projeto só nosso. É realmente um projeto que permite as pessoas terem ??? com bons projetos, quer de inovação, quer de desporto, quer de cultura, pagando quantias irrisórias – consoante o rendimento, entre dois (2€) e doze euros (12€), salvo erro. Obviamente, havia quem quisesse que fosse completamente grátis; foi, de facto, durante uns anos, completamente grátis, mas agora pagam alguma coisa. Mas, é um reforço que nós fazemos, e achamos que é um grande investimento, um bom investimento que se faz. É sempre bom dizer que se faz mais, que se faz mais, e que se faz mais, ??? mas também temos estado a fazer mais, aumentámos mais um ano: era até ao sexto ano e passou a ser até ao sétimo. Pronto, vamos ser realistas, como o Prof. Rebelo de Sousa diz, o Sr. Presidente da República: “A política é a arte do possível”. Temos de ser ambiciosos, mas também cautelosos. E isso é o que nós temos estado a fazer.

A Escola dos Moinhos não vai acabar; vai ser transplantada, vai ter um *bypass*. Isto é, ela vai desaparecer do sítio onde está para as traseiras da Escola Secundária do Restelo. Vão lá ter uns pavilhões... e a de Caselas também; estas duas escolas vão para trás da Escola Secundária do Restelo. São transplantadas. A do Restelo é a única que se aguenta lá em baixo, faz-se metade de um lado, e depois faz-se metade do outro – as obras – e portanto, não precisam ser deslocados. Estas não, vão funcionar nos contentores, nas traseiras da Escola

Secundária do Restelo, ambas: a de Caselas e a dos Moinhos. Vai ser um ano difícil, mas pronto, foi o que se conseguiu fazer. Estivemos *in loco* com a Vereadora Catarina Albergaria a ver isso, com os arquitetos. E pronto, vai ser um ano um pouco difícil, como vai ser para a cidade de Lisboa, com as obras ??? também das ruas, e sei lá mais o quê. Nas escolas aqui também vai ser um bocado complicado. As escolas vão ser intervencionadas já agora, no meio deste segundo semestre.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos passar à leitura da ata em minuta.

“No Ponto n.º 1, voto de louvor subscrito pelo CDS-PP, foi aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 21.12.2015. Foi aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 4, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015. Foi aprovado com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), e seis abstenções (PS, PCP).

Ponto n.º 5, Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2016. Foi aprovada com doze votos a favor (PSD, CDS-PP, PS), e uma abstenção (PCP).

Ponto n.º 7, Apreciação e aprovação da Alteração à Tabela de Taxas e Preços. Aprovada com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), e seis abstenções (PS, PCP).

Ponto n.º 8, Apreciação e ratificação do contrato-programa com a DGEstE. Aprovado com doze votos a favor (PSD, CDS-PP, PS), e uma abstenção (PCP).

Ponto n.º 9, Apreciação e ratificação do protocolo com a AISEC. Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 10, Apreciação e aprovação de adenda ao protocolo com o Centro Paroquial de Santa Maria de Belém. Aprovada com oito votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP), e cinco abstenções (PS).

Ponto n.º 11, Apreciação e aprovação da Norma de Funcionamento dos Passeios Sénior. Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 12, Apreciação e aprovação do Regulamento Jovens para a Cidadania. Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 13, Aprovação da aceitação de doação de Ready to Shoot Audiovisuais, Lda. Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 14, Aprovação do Revisor Oficial de Contas da Freguesia. Aprovado com sete votos a favor (PSD, CDS-PP), e seis abstenções (PS, PCP).”

E está concluída a nossa reunião. Peço desculpa, temos que votar a ata em minuta, que é uma grande redundância, de facto, mas vamos lá. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.